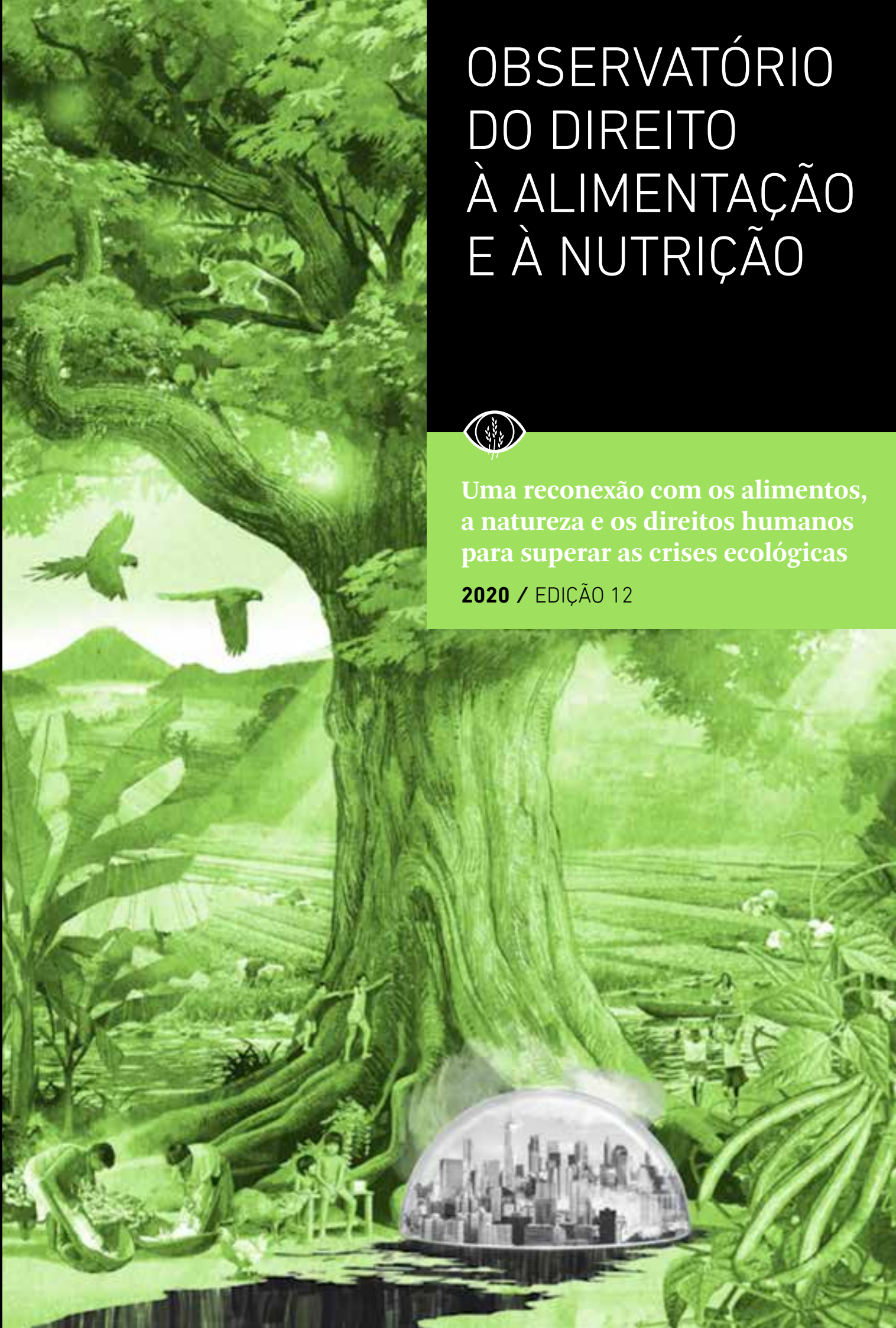


OBSERVATÓRIO DO DIREITO À ALIMENTAÇÃO E À NUTRIÇÃO



Uma reconexão com os alimentos,
a natureza e os direitos humanos
para superar as crises ecológicas

2020 / EDIÇÃO 12



REDE GLOBAL PARA O DIREITO À ALIMENTAÇÃO E À NUTRIÇÃO



O Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição é a publicação-chave da Rede Global para o Direito à Alimentação e à Nutrição, que envolve as seguintes organizações e movimentos sociais:



Aliança Internacional de Organizações
Católicas para o Desenvolvimento (CIDSE)
Bélgica



Coalizão Internacional de Habitat - Rede pelo
Direito à Habitação e à Terra (HIC-HLRN)
Egito



Aliança Mundial de Ação para a Amamentação
(WABA)
Malásia



Coletivo de Entidades Negras (CEN)
Brasil



Aliança Mundial dos Povos Indígenas Nômadas
(WAMIP)
Índia



Conselho Internacional de Tratados Indígenas
(CITI)
EUA



Aliança para a Agroecologia e Biodiversidade da
Zâmbia (ZAAB)
Zâmbia



Conselho Mundial de Igrejas – Aliança
Ecumênica de Ação (WCC-EAA)
Suíça



Associação Camponesa para o Desenvolvimento
(A.P.A.D.E)
Togo



Convergência do Mali contra a Usurpação de
Terras (CMAT)
Mali



Associação para a Proteção da Natureza no
Sahel (APN-Sahel)
Burkina Faso



Dejusticia
Colômbia



Biowatch África do Sul
África do Sul



FIAN Internacional
Alemanha



Brot für Alle (Pão para Todos)
Suíça



Fórum Brasileiro de Soberania
e Segurança Alimentar e Nutricional
(FBSSAN)
Brasil



Brot für die Welt (Pão para o Mundo)
Alemanha



Fórum Mundial de Pescadores e Trabalhadores
da Pesca (WFF)
Uganda



Campanha pelo Direito à Alimentação
Índia



Fórum Mundial de Povos Pescadores (WFFP)
África do Sul



Centro Africano para a Biodiversidade (ACB)
África do Sul



Fundação Maleya
Bangladesh



Centro de Recursos e Investigação para
Mulheres da Região Ásia-Pacífico (ARROW)
Malásia



HEKS/EPER (Assistência da Igreja Suíça)
Suíça



Centro Internazionale Crocevia
Itália



Justiça Alimentar (Food Justice)
Espanha



KATARUNGAN (*Justiça*)
Filipinas



KHANI
Bangladesh



Movimento pela Saúde dos Povos (PHM)
África do Sul

Movimento Popular contra a POSCO (PPSS)
Índia



Observatório de Direitos Económicos, Sociais e Culturais (Observatori DESC)
Espanha



Organização Intereclesiástica de Cooperação para o Desenvolvimento (Cooperação ICCO)
Países Baixos



Organização Mundial Contra a Tortura (OMCT)
Suíça



Plataforma Interamericana de Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento (PIDHDD)
Equador



Rede Africana para o Direito à Alimentação (RAPDA)
Benim



Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional na Comunidade de Países da Língua Portuguesa (REDSAN-CPLP)
Portugal



Rede de Ação Internacional para a Alimentação de Bebés (IBFAN)
Suíça



Rede de Direito à Alimentação — Malawi
Malawi



Rede de Mulheres para o Relatório da ONU (WUNRN)
EUA



Rede de Organizações Camponesas e de Produtores da África Ocidental (ROPPA)
Burkina Faso



Rede Independente de Assistência Alimentar (IFAN)
Reino Unido



Sociedade para o Desenvolvimento Internacional (SID)
Itália



Solidaritas Perempuan (SP)
Indonésia



SOS Faim Luxembourg (SOS Fome Luxembourg)
Luxemburgo



Sustain
Reino Unido



Terra Nuova - Centro per lo Volontariato ONLUS (TN)
Itália



União Internacional de Trabalhadores da Alimentação (IUF)
Suíça



URGENCI
França



WhyHunger
EUA

PUBLICADO POR



Brot für die Welt (Pão para o Mundo)
Alemanha



FIAN Internacional
Alemanha

FINANCIADO POR



Agência Suíça para o Desenvolvimento e a Cooperação (SDC)



HEKS/EPER (Assistência da Igreja Suíça)



Comissão Europeia (CE)



MISEREOR



FIAN Internacional

Esta publicação foi produzida com o apoio financeiro da Comissão Europeia (CE). O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade dos autores e autoras e não pode, de modo algum, ser considerado como um reflexo das posições da CE.

O conteúdo desta publicação pode ser citado ou reproduzido, desde que a fonte da informação seja mencionada. Os editores e editoras gostariam de receber uma cópia dos documentos em que a publicação seja usada ou citada. Todas as hiperligações referidas nesta publicação foram acedidas pela última vez em julho de 2020.

| Conselho Editorial

Bernhard Walter, Brot für die Welt (Pão para o Mundo)

C. Sathyamala, Instituto Internacional de Estudos Sociais (ISS)

Christina M. Schiavoni, pesquisadora independente

Danny Carranza, KATARUNGAN (Justiça)

Eva Martina Gamboa, Liga Continental de Mulheres Indígenas das Américas (ECMIA)

Isabel Álvarez Vispo, URGENCI

Karine Peschard, Instituto de Pós-Graduação em Estudos Internacionais e Desenvolvimento (IHEID)

Marciano Toledo Silva, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)

Marcos Ezequiel Filardi, cátedra independente sobre soberania alimentar, Universidade de Buenos Aires (UBA) e Museu da Fome

Mariam Mayet, Centro Africano para Biodiversidade (ACB)

Maryam Rahmanian, Painel Internacional de Especialistas em Sistemas Alimentares Sustentáveis (IPES-Food)

Rachmi Hertanti, Indonésia pela Justiça Global (IGJ) e FIAN Indonésia

Sabine Pabst, FIAN Internacional

| Editora-Chefe

M. Alejandra Morena,
FIAN Internacional – morena@fian.org

| Tradução de inglês e espanhol para português
Di Pinheiro

| Revisão de estilo e edição em português
Luis Pires

| Arte e Design Ian Davidson, Marcela Vidal

| Capa Ilustração de Álvaro López

| Impressão LokayDRUCK, Alemanha, em papel com certificação FSC

OUTUBRO 2020

Siga-nos no Facebook:
www.facebook.com/RtFNWatch

Acompanhe os últimos acontecimentos no [Twitter](#) e [Instagram](#) #RtFNWatch

ISBN:
978-3-943202-58-8



www.righttofoodandnutrition.org/observatorio

ÍNDICE

01	Nós somos a natureza! Direitos humanos, direito ambiental e a ilusão de separação <i>Philip Seufert</i>	06
02	A pandemia do coronavírus: uma reflexão crítica sobre os padrões alimentares corporativos <i>Hernando Salcedo Fidalgo</i>	16
03	Convergência para superar a crise e mudar o sistema <i>Uma conversa entre ativistas e movimentos sobre alimentos e clima, por Salena Fay Tramel</i>	24
04	Terra, clima e a construção do conhecimento científico: relatório especial do IPCC sobre mudança climática e terra <i>Entrevista com Marta Guadalupe Rivera Ferre, por Katie Sandwell</i>	40
05	O veganismo é a solução para as alterações climáticas? <i>Um diálogo entre ativistas da alimentação, por M. Alejandra Morena</i>	48

SIGLAS E ABREVIATURAS

CDB	Convenção sobre a Diversidade Biológica	ITPGRFA	Tratado Internacional de Recursos Genéticos Vegetais para Alimentação e Agricultura
CEDAW	Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres	OMS	Organização Mundial da Saúde
CFS	Comité de Segurança Alimentar Mundial	ONU	Organização das Nações Unidas
COP	Conferência das Partes	PAC	Política Agrícola Comum (da União Europeia)
CQNUMC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima	PIDCP	Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos
CSM	Mecanismo da Sociedade Civil para o Relacionamento com o Comité da Organização das Nações Unidas sobre Segurança Alimentar Mundial	PIDESC	Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais
DBM	carga dupla da má-nutrição	REDD+	Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal
DCNT	doenças crónicas não transmissíveis	RU	Reino Unido
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos	UNCCD	Convenção das Nações Unidas para combater a desertificação
EUA	Estados Unidos da América	UNDRIP	Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas
GEE	gases de efeito estufa	UNDROP	Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos camponeses e outras pessoas que trabalham em áreas rurais
HLPE	Painel de Peritos Alto Nível do Comité de Segurança Alimentar Mundial das Nações Unidas		
IAASTD	Avaliação Internacional do Conhecimento Agrícola, Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento		
IPCC	Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas		

01

NÓS SOMOS A NATUREZA! DIREITOS HUMANOS, DIREITO AMBIENTAL E A ILUSÃO DE SEPARAÇÃO

Philip Seufert



Philip Seufert é defensor dos direitos humanos do Secretariado Internacional da [FIAN](#). Ele trabalha com movimentos sociais de pequenos produtores e produtoras de alimentos, organizações de povos indígenas e outras organizações da sociedade civil que as apoiam na luta por afirmar e promover os seus direitos nos níveis local, nacional e internacional. As principais áreas de atuação de Seufert são o controle de terras, a indústria da pesca, florestas e biodiversidade. Ele também trabalha na “financeirização” de territórios pertencentes aos povos, bem como no impacto da digitalização sobre o direito à alimentação e nutrição.

A [FIAN Internacional](#) é uma organização internacional que há mais de 30 anos defende o direito humano à alimentação e nutrição adequadas. Ela apoia comunidades e movimentos ativistas em suas lutas contra as violações aos direitos à alimentação.

“[A] separação da [humanidade do resto da natureza] é uma parte central da profunda crise ecológica que o mundo enfrenta hoje [...]. Para resolvermos essas crises existenciais, precisaremos [...] reorganizar a relação da nossa sociedade com a natureza.”

AGRADECIMENTOS |

Um agradecimento especial à María Valeria Berros (Universidade Nacional do Litoral, UNL, e Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas, CONICET), Marcos Orellana (Faculdade de Direito da Universidade George Washington), Ana María Suárez Franco (FIAN International), e Mariam Mayet (Centro Africano para a Biodiversidade) pelo apoio na revisão deste artigo.

FOTO | Junior Aklei Chaky

¹ Valente, Flavio. “Rumo à Realização Plena do Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas”. *Development* 57(2), (2014): 155–170. Disponível em: https://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2017/02/Rumo-%C3%A0-realiza%C3%A7%C3%A3o-ple-na-do-DHANA_Flavio-Valente.pdf.

² Abbott, Alison. “Scientists bust myth that our bodies have more bacteria than human cells”. *Nature*, 8 de janeiro de 2016. Disponível (em inglês) em: www.nature.com/news/scientists-bust-myth-that-our-bodies-have-more-bacteria-than-human-cells-1.19136.

Os seres humanos fazem parte da natureza. Provavelmente não há lugar onde a nossa conexão íntima com o resto do mundo vivo seja tão clara como com os alimentos. Através da alimentação e digestão, a natureza se transforma nas pessoas¹. Esse processo ocorre graças a milhões de microrganismos que vivem no intestino e permitem que o corpo humano absorva os nutrientes contidos nos alimentos que ingerimos. Essa simbiose dos nossos corpos com os microrganismos que constituem a nossa flora intestinal desenvolveu-se ao longo de milhares de anos, como resultado da coevolução dos seres humanos com o meio ambiente. De facto, o corpo humano contém mais microrganismos que células humanas.² Além disso, a produção de alimentos e a disponibilidade de alimentos nutritivos, saudáveis e culturalmente adequados dependem fundamentalmente do funcionamento de ecossistemas biodiversos, bem como da capacidade dos seres humanos de cooperar com outros seres vivos — plantas, animais, insetos e microrganismos.³ Os alimentos e os seus valores sociais e espirituais são igualmente cruciais para a estrutura das nossas comunidades e, portanto, centrais para nossa natureza humana como seres sociais. Mais importante, alimentos nutritivos mantêm-nos saudáveis e permitem-nos responder a ameaças, como patógenos e doenças. Tudo isso aponta para o valor intrínseco da natureza para o bem-estar da humanidade e das sociedades.

Apesar da nossa profunda conexão com o resto da natureza, o pensamento moderno e as ações atuais (do Ocidente), incluindo a formulação de políticas públicas, tratam a humanidade e o resto da natureza como duas esferas separadas, distintas e independentes. Este artigo argumenta que essa separação é central para as profundas crises ecológicas que o mundo vem a enfrentar e que se manifestam mais fortemente no aquecimento global causado pelo homem, bem como na dramática perda de diversidade biológica. Tanto a mudança climática como a atual extinção

em massa afetarão profundamente as sociedades humanas porque não podemos escapar desses distúrbios gigantescos. O surgimento do novo coronavírus SARS-CoV-2 e a profunda crise que ele causou é mais um facto que nos obriga a reavaliar a nossa relação com o resto da natureza.⁴ Para resolvermos essas crises existenciais, será necessário reorganizar a relação da nossa sociedade com a natureza. Este artigo propõe etapas que podem encaminhar-nos nessa direção, ao focar-se em como os direitos humanos e outros instrumentos podem ajudar a esclarecer a relação natureza-humanidade.

AS RAÍZES DA SEPARAÇÃO DA HUMANIDADE DO RESTO DA NATUREZA

Para contribuir com as discussões sobre qual caminho seguir, é útil entender melhor de onde vem a separação entre as sociedades humanas modernas e a natureza. Biologicamente, os seres humanos são animais e, sem dúvida, parte da natureza. Todos os seres vivos interagem com o seu ambiente natural e muitas espécies o alteram até certo ponto. É uma das características da humanidade, no entanto, ter levado a manipulação do mundo natural para um outro nível, e é claro que em algum momento da história cruzamos uma fronteira na qual a relação entre as sociedades humanas — ou pelo menos uma parte delas, em particular as sociedades ocidentais modernas — e o resto da natureza desequilibrou-se.

Um ponto de virada importante nesse desenvolvimento foi o início da modernidade. Nos séculos XVI e XVII, ocorreu uma “revolução” científica na Europa que mudou fundamentalmente a maneira como as sociedades viam o mundo ao seu redor.⁵ Isso teve enormes implicações na maneira como as sociedades se organizam e como elas tratam a natureza. Novos métodos científicos de medir, pesquisar, classificar e avaliar foram aplicados ao mundo natural, na tentativa de dominá-lo. A implicação disso é que as sociedades humanas e o resto da natureza passaram cada vez mais a serem vistas como duas esferas distintas e independentes. A “revolução” científica da Europa coincidiu com os primeiros dias do colonialismo europeu e da era do império. Os novos métodos foram rapidamente levados aos ‘novos mundos’ e desempenharam um papel importante na sua subjugação e exploração.

É importante ressaltar que tanto a «revolução» científica como o início do imperialismo europeu estão intimamente ligados à ascensão (da fase inicial) do capitalismo. Os novos métodos científicos permitiram a extração sistemática e violenta de riqueza das colônias, bem como o cercamento de bens comuns na Europa.⁶ O capitalismo tem como premissa fundamental a separação entre humanidade e natureza. Baseia-se na transformação de bens naturais em mercadorias negociáveis e na monetização dos valores de uso natural⁷ — além da exploração do trabalho humano. Isso implica a dominação do nosso ambiente natural. Consequentemente, o capitalismo não apenas usa o mundo natural para extrair e acumular riqueza, mas também cria uma narrativa específica do que é “natureza”.

A concepção governante do capitalismo é que ele pode fazer com o mundo natural o que lhe convier, que a natureza é algo externo que pode ser fragmentado e racionalizado para servir a exploração económica.⁸ A natureza é, portanto, dividida em unidades, que são então colocadas sob direitos de propriedade. Como consequência, o capitalismo alterou radicalmente a natureza e as paisagens, criando ecossistemas inteiramente novos, como as plantações de monocultura da agricultura industrial.⁹ Essa maneira de alterar radicalmente, explorar e destruir o mundo natural continua até hoje, e agora estamos vendo novas fronteiras da exploração da natureza. No

3 _Slosser, Marc-André. *Jamais seul. Ces microbes qui construisent les plantes, les animaux et les civilisations*. Arles: Actes Sud, 2017.

4 Para mais informações sobre o COVID-19, leia o artigo “A pandemia do coronavírus: uma reflexão crítica sobre os padrões alimentares corporativos” nesta edição do *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição*. Veja também: Rob Wallace, Alex Liebman, Luis Fernando Chaves e Rodrick Wallace. “COVID-19 e os Circuitos do Capital”. *Monthly Review*. 1 de abril 2020. Disponível (em inglês) em: <https://monthlyreview.org/2020/04/01/covid-19-and-circuits-of-capital>.

5 Koyré, Alexandre. *From the Closed World to the Infinite Universe*. Baltimore, Md.: Johns Hopkins Press, 1957.

6 O cercado dos bens comuns se refere ao processo de transferência à propriedade privada de terras que faziam parte dos bens comuns. Começou no fim da Idade Média e se intensificou no século XVIII.

7 Veja: Harvey, David. *Seventeen Contradictions and the End of Capitalism*. Nova York: Oxfam University Press, 2014.

8 Moore, Jason W. “The Capitalocene, Part I: on the nature and origins of our ecological crisis”. *The Journal of Peasant Studies*, 44:3, (2017): 594-630. Disponível (em inglês): [/doi.org/10.1080/03066150.2016.1235036](https://doi.org/10.1080/03066150.2016.1235036).

9 Harvey. Nota supracitada 7.

contexto das chamadas economias “verde” e “azul”, a natureza foi redefinida como um conjunto de serviços de ecossistema aos quais um valor monetário é atribuído e que, conseqüentemente, pode ser comercializado para gerar lucros. A divisão do mundo natural em unidades que podem ser quantificadas e valoradas financeiramente levou à criação de novos mercados, como os mercados de carbono e os mercados emergentes de biodiversidade. A criação de instrumentos financeiros específicos, como derivativos e créditos de carbono, marca uma nova dimensão de como o mundo natural foi transformado numa fonte de extração de riqueza para o setor financeiro e grandes empresas globais.¹⁰

10 Comitê de Planejamento Internacional para a Soberania Alimentar, Terras, Florestas, Água e Território. “Capitalismo desonesto e financialização de territórios”, IPC, Ainda não publicado.

UMA DESCONEXÃO ENTRE DIREITOS HUMANOS E DIREITO AMBIENTAL

A separação das sociedades humanas do resto da natureza nas sociedades ocidentais modernas reflete-se, entre outros aspectos, num desenvolvimento amplamente desconectado entre as leis internacionais de direitos humanos, de um lado, e o direito ambiental, do outro.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH, 1948), bem como os dois principais tratados de direitos humanos — o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP, 1966) e o Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC, 1966) — em grande parte silenciam-se em relação à natureza, exceto o artigo 1.2 tanto do PIDCP como do PIDESC, que estabelece o princípio de que os povos têm soberania sobre os seus recursos naturais. No entanto, eles não abordam explicitamente a relação entre natureza e dignidade humana, como objetivo central dos direitos humanos. No desenvolvimento posterior da estrutura internacional de direitos humanos, a natureza — no geral chamada de ‘meio ambiente’¹¹ — é amplamente tratada, quando mencionada, como algo funcional para o desenvolvimento económico humano e, dessa forma, (implicitamente) aceita a separação em duas esferas distintas. Nos últimos anos e em grande parte graças à pressão das organizações da sociedade civil, desenvolveram-se ações que poderiam abrir uma abordagem mais integrada à inter-relação entre humanidade e natureza. Um passo foi a criação, pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU, de um mandato dedicado às obrigações de direitos humanos relacionadas ao desfrute de um meio ambiente seguro, limpo, saudável e sustentável. O trabalho dos dois relatores especiais com este mandato contribuiu para entender que a proteção do meio ambiente natural é indispensável para o gozo efetivo dos direitos humanos.¹²

11 Embora o termo “natureza” abranja a multifuncionalidade da natureza como sendo inerentemente/intrinsecamente valiosa por si só, bem como as suas funções como sendo parte integrante ou útil para a reprodução da sociedade humana, “o meio ambiente” é uma construção que aliena a natureza dos seres humanos.

12 Para mais informações, leia (em inglês): www.ohchr.org/EN/Issues/Environment/SREnvironment/Pages/SREnvironmentIndex.aspx.

13 Comissão Económica para a América Latina e Caribe (CEPAL). *Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Justiça em Matéria Ambiental na América Latina e no Caribe*. 2018. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/43611/S1800493_pt.pdf.

Também é importante observar que, ao longo dos anos, o trabalho dos órgãos e instituições de tratados de direitos humanos passou a reconhecer cada vez mais a relação especial que grupos específicos, como povos indígenas, camponeses, pescadores de pequena escala, pastores etc. têm com a natureza. A *Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas* (UNDRIP, 2007), bem como a *Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses, Camponesas e Outras Pessoas que Trabalham em Áreas Rurais* (UNDROP, 2018), adotada em dezembro de 2018 como resultado de mobilizações de povos indígenas, movimentos camponeses e outras organizações rurais, são marcos importantes nesse sentido. Ambos os documentos reconhecem as contribuições cruciais de grupos dependentes da natureza para a manutenção de ecossistemas saudáveis e esclarecem os seus direitos específicos e as obrigações dos Estados a esse respeito. Outro instrumento importante do direito internacional é o *Acordo de Escazú* (2018), na região da América Latina e Caraíbas, que reconhece explicitamente os defensores dos direitos humanos, entre outros, nas questões ambientais.¹³

Paralelamente, desde a década de 1970, as discussões no contexto do desenvolvimento do direito ambiental internacional intensificaram-se no meio de uma crescente preocupação com a rápida degradação ambiental causada pela atividade humana. Em 1972, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano adotou a Declaração de Estocolmo, que é o primeiro documento do direito internacional a associar os direitos humanos com a proteção ambiental. No entanto, a estrutura desta declaração permanece centrada no ser humano e focada na soberania dos Estados sobre os seus territórios nacionais. O relatório *Nosso Futuro Comum*, da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (também conhecida como Comissão Brundtland), de 1987, vai além, pois é sensível às conexões entre a proteção ambiental, o desenvolvimento e os esforços para reduzir a pobreza, dentro do conceito integrativo de desenvolvimento sustentável. No entanto, ele permanece enraizado na premissa de que a natureza é um recurso que a humanidade tem o direito de usar para benefício próprio. Nesse quadro, qualquer pessoa pode reivindicar, como direito de titularidade, a disponibilidade de um certo nível de qualidade desse recurso.¹⁴ Isso se opõe às reivindicações dos povos indígenas pelo direito a ecossistemas saudáveis, pois eles não podem ser fragmentados e atribuídos a diferentes grupos de interesse.

Em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (também conhecida como Cúpula do Rio) serviu como uma plataforma crucial para o desenvolvimento do direito ambiental internacional. No contexto da cúpula, convenções internacionais importantes foram negociadas e adotadas, passando a moldar a maneira que os Estados e o sistema multilateral da ONU abordam os problemas ambientais globais desde então, a saber, a *Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima* (CQNUMC), a *Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação* (CNUCD), 1992) e a *Convenção sobre Diversidade Biológica* (CBD, 1992). Vale ressaltar que os acordos ambientais e climáticos não se referem a nenhum direito ambiental ou climático de pessoas ou comunidades. Além disso, eles não estabelecem fortes mecanismos de responsabilização para proteger as pessoas e as comunidades em relação às ações ou omissões do Estado no contexto da proteção ambiental ou da mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. Como consequência, abordagens conservacionistas baseadas na suposição de que a natureza só pode ser protegida se os seres humanos forem excluídos levaram à expulsão de comunidades rurais e povos indígenas das suas terras e territórios em muitas partes do mundo. Da mesma forma, medidas para lidar com as mudanças climáticas sob a CQNUMC, como a REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal) resultaram na violação de vários direitos humanos de indivíduos e comunidades que dependem desses ecossistemas e os usam de maneira sustentável.¹⁵ Em geral, as disposições sobre instrumentos ambientais e climáticos concentram-se em aspectos processuais, como avaliações ambientais obrigatórias e troca de informações, e menos em obrigações substantivas dos Estados para garantir uma certa qualidade ambiental. Na prática, isso geralmente significa que os interesses económicos prevalecem sobre os objetivos de preservação e proteção dos direitos humanos. Vale ressaltar, no entanto, que os alimentos são abordados como um elemento integrante do objetivo da CQNUMC.¹⁶

Avanços recentes no desenvolvimento da lei internacional de direitos humanos indicam maior conscientização e preocupação com as complexas relações entre as sociedades humanas e seu ambiente natural. Da mesma forma, as leis ambientais e climáticas estão mais sensíveis à necessidade hoje de medidas que respeitem os di-

14 Veja: Aiken, William. "Human Rights in an Ecological Era". *Environmental Values* 1, no. 3, (1992): 191-203. Disponível (em inglês) em: www.environmentandsociety.org/mml/human-rights-ecological-era.

15 Veja: Amigos da Terra Internacional. *REDD+: O Mercado de Carbono e a Cooperação Califórnia-Acre-Chiapas*. 2017. Disponível em: https://issuu.com/amigosdaterrabrasil/docs/portugues_ok.

16 CQNUAC, artigo 2.

17 CBD, artigo 8j.

18 Em 2019, a Conferência das Partes (COP) da UNCCD adotou uma decisão na qual os Estados membros se comprometem a revisar políticas de desenvolvimento, incluindo políticas de uso da terra e práticas agrícolas para promover a regeneração ecológica em grande escala usando as Diretrizes Voluntárias para Governança Responsável da Posse, Terras, Pescas e Florestas (2012) como uma referência fundamental. Para obter mais informações, consulte (em inglês): www.unced.int/news-events/new-delhi-declaration-investing-land-and-unlocking-opportunities.

19 Para uma análise das estreitas ligações entre o domínio da natureza e o domínio das mulheres, consulte: Andrews, Donna, Smith, Kiah e M. Alejandra Morena. “Enfurecidas: Mulheres e a Natureza”. *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição* (2019): 6. Disponível em: https://www.righttofoodandnutrition.org/files/rtnf-watch11-2019_por_b.pdf.

20 Bookchin, Murray. *The Ecology of Freedom. The Emergence and Dissolution of Hierarchy*. Oakland: AK Press, 2005. Para Bookchin, “a própria noção de dominação da natureza pelo homem [sic] deriva da dominação bastante real do humano pelo humano” (p. 65); Andrews et al. Nota 19 supracitada.

reitos humanos. A CDB reconhece certos direitos dos povos indígenas e comunidades locais, incluindo seus conhecimentos, inovações e práticas tradicionais,¹⁷ bem como o vínculo inextricável entre a diversidade biológica e a diversidade cultural. Essa foi a base para o reconhecimento explícito dos direitos dessas comunidades e povos a sementes no *Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura* (ITPGRFA, 2004). No entanto, apenas recentemente e muito lentamente, os Estados começaram a reconhecer que os pequenos produtores de alimentos e as suas práticas de manejo agroecológico são contribuições fundamentais para garantir ecossistemas saudáveis e funcionais; e que isso, por sua vez, requer a proteção dos seus direitos humanos para preservar a biodiversidade. Outro exemplo é o reconhecimento recente da CNUCD de que medidas efetivas para que os seus objetivos sejam alcançados exigem o respeito e a proteção dos direitos de posse dos povos e comunidades locais.¹⁸

RECONFIGURAÇÃO DO RELACIONAMENTO DAS SOCIEDADES HUMANAS COM O RESTO DA NATUREZA: ELEMENTOS PARA UM POTENCIAL CAMINHO A SEGUIR

Ao pensar-se na melhor forma de seguir adiante, é importante situar as atuais crises ambientais no contexto das crises mais amplas e múltiplas que estamos a testemunhar. O colapso iminente do sistema da terra e a rápida degradação de ecossistemas locais estão intimamente ligados ao aumento acentuado das desigualdades e à concentração de recursos nas mãos de alguns atores poderosos, à destruição do tecido social, das comunidades ao nível nacional, e a migração resultante, bem como guerras e fome. A consequência é o aumento da violência contra comunidades e pessoas, o que é ainda mais exacerbado pelo aumento do autoritarismo em todas as partes do mundo. Os homens não brancos e em particular as mulheres são especialmente afetados por essa violência.¹⁹ De facto, existe um vínculo estreito entre o modo como as sociedades (mal)tratam e exploram pessoas, por um lado, e a natureza, por outro.²⁰

Outro aspecto a ser levado em consideração é a crescente fraqueza e disfuncionalidade dos espaços de governação, em particular instituições públicas democráticas. Algumas expressões disso são a fragmentação institucional, regimes de leis que concorrem entre si, e a falta de coerência política. Em grande parte, a fraqueza da governação democrática é o resultado de ataques deliberados dos sectores empresarial e financeiro globais, por um lado, que conseguiram apresentar o ‘multi-stakeholderism’ (sistema que defende o interesse de múltiplos participantes) como uma maneira de fazer parte da tomada de decisões em todos os níveis. e do nacionalismo chauvinista, por outro. As estratégias que têm como meta superar essa divisão precisam, portanto, ser abrangentes e abordar os direitos humanos, a justiça ambiental, a justiça social, a justiça de género e a governação democrática, que se baseiam na soberania das pessoas como elementos interconectados de transformação radical.

Como mencionado acima, argumentamos que superar a separação da humanidade do resto da natureza será fundamental para superar as crises atuais. Isso exigirá o reconhecimento de culturas e visões de mundo não-ocidentais, além de desconstruir e descolonizar nossas mentes e ações. Um primeiro passo crucial é garantir o pleno respeito e proteção dos direitos e formas de vida dos povos indígenas, bem como de outros grupos profundamente ligados ao meio ambiente, em particular pequenos produtores de alimentos, como camponeses, pescadores de pequena escala, pastores e moradores da floresta. É necessário dar atenção especial às mu-

Iheres em comunidades que geralmente têm uma conexão especial com sementes, florestas e plantas silvestres e que estão sujeitas à discriminação e exclusão estrutural. Isso requer a defesa, recuperação e fortalecimento de espaços e instituições de governação pública com mecanismos de participação adequados, bem como o desenvolvimento de estratégias de responsabilização que combinem direitos humanos e instrumentos de direito ambiental e climático de maneira mutuamente fortalecedora.

REINTERPRETAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO DIREITO INTERNACIONAL

A recente adoção da UNDROP oferece uma oportunidade para reinterpretar os principais instrumentos da legislação ambiental e climática do ponto de vista dos direitos humanos, levando em consideração a UNDRIP e outros padrões relevantes de direitos humanos. Isso é fundamental para esclarecer a relação entre os direitos dos povos, grupos e comunidades que dependem diretamente do funcionamento de ecossistemas e da proteção de tais sistemas. A CDB, por exemplo, baseia-se na premissa de que os Estados têm soberania sobre os recursos genéticos na sua jurisdição. Uma questão surge do reconhecimento de direitos específicos dos povos indígenas e outros povos rurais relacionados a esses recursos pelas declarações da ONU UNDRIP e UNDROP (assim como por outros instrumentos de direitos humanos): o que as responsabilidades soberanas dos Estados envolvem em termos de obrigações de proteger e garantir os direitos das comunidades e das pessoas? Responder a essa pergunta pode ajudar governantes, legisladores e outros atores a entender que a chave para lidar com o rápido declínio da biodiversidade e das mudanças climáticas é a proteção efetiva dos sistemas de gestão e produção usados pelos povos indígenas e outros povos rurais, incluindo seus direitos e sistemas de posse, entre outras medidas. Isso, além de uma melhor conexão entre esferas de defesa dos direitos humanos e as pessoas que lidam com questões ambientais, de biodiversidade e clima, é crucial para estabelecer políticas e instituições multifuncionais e intersectoriais capazes de enfrentar os desafios multifacetados do mundo contemporâneo.

Além do exposto até aqui, o quadro político internacional precisa de se desenvolver de uma maneira que reúna as duas esferas do direito internacional — direitos humanos e meio ambiente —, de forma não só conceitual, mas prática. Propostas para reconhecer completamente o direito humano a um meio ambiente saudável podem ser um ponto de entrada promissor e uma oportunidade de ir além de abordagens que consideram a natureza ou o ‘meio ambiente’ meramente funcional para a sobrevivência humana. Essa poderia ser uma contribuição importante para garantir a dignidade humana, bem como a justiça social e ambiental em terras e ecossistemas saudáveis.²¹ O diálogo global para o reconhecimento explícito desse direito crítico pode se beneficiar de experiências existentes que reconhecem os direitos da natureza nos marcos legais.²² Os direitos humanos, bem como as preocupações ecológicas e climáticas, precisam de unir-se, a fim de formular claramente as obrigações dos Estados de garantir ecossistemas saudáveis, local e globalmente. Mais uma vez, os pontos de entrada existentes, como os direitos à biodiversidade e os direitos à terra e aos recursos naturais, bem como o seu uso sustentável, como reconhecido pela UNDROP, fornecem um alicerce importante. Povos e comunidades indígenas, em particular os pequenos produtores de alimentos, são os que cuidam da maior parte dos ecossistemas; proteger e fortalecer os seus direitos é, portanto, uma obrigação essencial dos Estados. No entanto, o processo de reconciliação das estruturas legais também teria que enfrentar desafios como o estabelecimento de limites para o uso

21 Há também propostas para um terceiro pacto internacional de direitos humanos sobre os direitos da humanidade ao meio ambiente. Para mais informações, visite: cidce.org/en/droits-de-lhomme-a-lenvironnement-human-right-to-the-environment/.

22 Exemplos incluem a Constituição do Equador, a legislação da Bolívia sobre a Mãe Terra e o acordo de Aotearoa/Nova Zelândia entre o Estado e o povo Maori.

23 PIDESEC, artigo 2.1.

humano dos recursos naturais e a questão de como lidar com situações de conflito entre as necessidades humanas e a proteção ecológica. Também requer esclarecer as obrigações dos Estados sob a lei de direitos humanos de tomar todas as medidas necessárias “o mais rápido possível e com o máximo de recursos disponíveis”²³ diante das atuais crises ecológicas.

AGROECOLOGIA: UMA TRANSFORMAÇÃO RADICAL DOS SISTEMAS ALIMENTARES E DAS SOCIEDADES

24 Moore. Nota 8 supracitada.

Como explicado neste artigo, a organização capitalista das sociedades está no cerne das crises atuais. Desde o início da modernidade, as sociedades ocidentais têm funcionado com a convicção de que a humanidade não é apenas distinta do resto da natureza, mas independente dela. Essa concepção foi imposta ao resto do mundo através do imperialismo e, mais recentemente, da globalização.²⁴ Hoje, o aquecimento global, a extinção de espécies em massa e o surgimento e a rápida disseminação de novos patógenos como o SARS-CoV-2 desafiam claramente essa concepção. O capitalismo foi construído sob a premissa de que poderia fazer com a natureza o que lhe conviesse, mas hoje depara-se com a realidade de que não pode — pelo menos não sem provocar profundas crises que ameaçam a sobrevivência humana.

Dado o estado deplorável do planeta, precisamos de nada menos que uma transformação radical das sociedades capitalistas. Como tal, as crises atuais podem oferecer uma oportunidade importante, e os alimentos são um excelente ponto de partida, por causa de sua importância fundamental para a sobrevivência humana e porque demonstra os nossos laços estreitos com a natureza.

Com base em décadas de lutas das organizações de pequenos produtores de alimentos e povos indígenas, o movimento de soberania alimentar desenvolveu uma visão e propostas claras para reformular fundamentalmente os sistemas alimentares e as relações de poder. Isso deve constituir a base para uma profunda transformação das nossas sociedades, em particular em direção a economias localizadas e circulares. No contexto das crises ecológicas, a agroecologia tornou-se uma proposta crítica de transformação. A agroecologia refere-se a uma maneira de produção e administração de alimentos que se baseia e estimula processos naturais para aumentar a resiliência e a produtividade. A coevolução das comunidades humanas com o seu ambiente natural opõe-se à dominação, exploração e destruição da natureza no sistema alimentar industrial atualmente dominante. Um exemplo disso é a diversidade da produção camponesa, baseada na constante adaptação das sementes às condições locais. Outro aspecto fundamental é o aprimoramento da fertilidade do solo, que cria solos vivos, em vez de os conceber como um mero substrato ao qual um determinado conjunto de nutrientes precisa ser adicionado para que possa ser absorvido pelas plantas. As práticas agroecológicas aprimoram os processos orgânicos, ao aumentar a resiliência às mudanças climáticas e outros factores. Os solos vivos armazenam carbono, e a contribuição dos sistemas de produção para combater o aumento do aquecimento global é elevada onde as culturas agrícolas são combinadas com árvores e animais.

Além de sua contribuição crucial para combater o aquecimento global e a rápida perda de biodiversidade, a agroecologia desafia fundamentalmente as estruturas de poder. Como dito anteriormente, a dominação capitalista da natureza caminha de mãos dadas com a exclusão e a exploração de certos grupos da sociedade, em particular mulheres, povos indígenas, pessoas de cor, além dos camponeses e cam-

ponesas, pastores e pastoras, pescadores e pescadoras de pequena escala e outras populações rurais. Desenvolver e implementar políticas para uma transição para a agroecologia também apresenta uma oportunidade para respeitar, proteger e cumprir os direitos humanos de grupos marginalizados.

Para explorar todo o potencial da agroecologia como uma maneira de reposicionar a humanidade no mundo natural e para superar a discriminação estrutural, é crucial concebê-la como uma parte central das obrigações dos Estados de respeitar as leis de direitos humanos e as leis ambientais e climáticas.²⁵ A realização dos direitos dos camponeses e camponesas, dos povos indígenas e outros povos rurais a sementes e biodiversidade é uma parte essencial disso. Outro elemento-chave é garantir o controle da terra e de outros recursos naturais por pessoas e comunidades, por meio de uma proteção efetiva dos seus sistemas de posse e gestão, em particular aqueles baseados em direitos coletivos. Somente com direitos de posse seguros as comunidades poderão desempenhar o seu papel de guardiões/administradores dos ecossistemas e da natureza viva. Além disso, precisamos de uma reforma agrária agroecológica que garanta uma distribuição equitativa e justa da terra e dos recursos naturais relacionados. Em suma, a agroecologia é uma estratégia fundamental para remodelar o relacionamento das sociedades humanas com o resto da natureza e um caminho para um modelo econômico e social que recompense as pessoas e a natureza, em vez de atores dominantes, em particular grandes empresas e o setor financeiro global.

²⁵ FIAN Internacional. *Agroecologia e o direito humano à alimentação e nutrição. Documento analítico.* Ainda não publicado.



EM RESUMO

A humanidade parte da natureza. Os alimentos são a expressão mais explícita de nossa conexão íntima com o resto do mundo vivo. No entanto, o pensamento e as ações ocidentais modernas tratam a humanidade e o resto da natureza como duas esferas separadas. O capitalismo, em particular, baseia-se na premissa de que pode dominar e explorar o mundo natural para gerar lucros. Este artigo argumenta que essa separação é central para as profundas crises ecológicas que o mundo está a enfrentar e que se manifesta mais fortemente no aquecimento global causado por mãos humanas, bem como na dramática perda de diversidade biológica. A pandemia do COVID-19 também nos obriga a reavaliar nosso relacionamento com o resto da natureza. Para enfrentar as crises existenciais que a humanidade está a enfrentar, será necessário superar essa separação. Este artigo pretende apresentar algumas etapas que podem nos levar a essa direção, ao concentrar-se em como os direitos humanos e outros instrumentos poderiam esclarecer melhor a relação natureza-humanidade.

A aprovação de instrumentos de direitos humanos, como a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses, Camponesas e Outras Pessoas que Trabalham em Áreas Rurais, oferece uma oportunidade para reinterpretar os principais instrumentos da legislação ambiental e climática e para avançar a proteção das comunidades locais como guardiãs dos ecossistemas. A implementação e cone-

xão efetivas com os direitos humanos existentes, bem como os instrumentos de direito ambiental e climático, terão que ser complementadas, com o desenvolvimento ainda mais profundo da estrutura da política internacional de maneira a reunir essas duas esferas do direito internacional, de forma conceitual e prática. Além disso, precisamos de nada menos que uma transformação radical das sociedades capitalistas, com base nas longas lutas das organizações de pequenos produtores e produtoras de alimentos e dos povos indígenas pela soberania alimentar e agroecologia.



CONCEITOS-CHAVE

- A separação entre a humanidade e a natureza é central para as profundas crises ecológicas que o mundo está a enfrentar, em particular o aquecimento global e a extinção de espécies em massa.
- A separação e a dominação da natureza humana são centrais para o capitalismo, que baseia-se na transformação de bens naturais em mercadorias negociáveis e na monetização dos valores de uso natural — além da exploração do trabalho humano.
- A separação das sociedades humanas do resto da natureza reflete-se em um desenvolvimento amplamente desconectado entre as leis internacionais de direitos humanos, por um lado, e o direito ambiental, por outro.
- As atuais crises ambientais precisam ser entendidas no contexto das crises mais amplas e múltiplas que estamos a testemunhar.
- Superar a separação da humanidade do resto da natureza requer garantir o respeito e a proteção total dos direitos e formas de vida dos pequenos produtores e produtoras de alimentos que estão profundamente conectados ao ambiente em que vivem; desenvolver ainda mais o quadro político internacional de maneira a unir os direitos humanos e o direito ambiental; e uma transformação radical das sociedades capitalistas, baseada na soberania alimentar e na agroecologia.



PALAVRAS-CHAVE

- Mudança climática
- Biodiversidade
- Ecossistemas
- Direitos humanos
- Direito ambiental e de mudanças climáticas
- Povos indígenas
- Trabalhadores rurais
- Capitalismo
- Soberania alimentar
- Agroecologia

A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS: UMA REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE OS PADRÕES ALIMENTARES CORPORATIVOS

Hernando Salcedo Fidalgo

Hernando Salcedo Fidalgo é médico cirurgião da [Universidade Nacional da Colômbia](#) e coordenador da Línea de Nutrição da [FIAN Colômbia](#). É mestre em Sociologia pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris, e pesquisador associado ao Grupo de Sociologia Pragmática e Reflexiva deste centro de educação superior e pesquisa. Atualmente, Salcedo pesquisa a relação entre processos alimentares, sistemas produtivos, biologia e doenças.

A [FIAN Colômbia](#) é uma divisão da FIAN Internacional, estabelecida em 2013. Entre as atividades que lidera, destacam-se os programas de formação para as comunidades cujo direito humano à alimentação e nutrição adequadas foi violado. Com este objetivo, ela coordena processos de empoderamento e programas de encontros, intercâmbios e outros eventos que permitem compartilhar experiências comunitárias. A FIAN Colômbia é líder em ações de incidência em DIVERSOS espaços internacionais de direitos humanos e apoia o sector de políticas públicas ligadas à alimentação e à gestão dos recursos naturais e nos territórios da Colômbia.

“É evidente que, com as práticas alimentares atuais, as sociedades contemporâneas têm contribuído, através dos sistemas alimentares denominados modernos, à crise da biodiversidade e ao aumento do risco do aparecimento e permanência de novas zoonoses, como é o caso da pandemia do COVID-19.”

AGRADECIMENTOS |

Este artigo é reflexo de um trabalho coletivo. Um agradecimento especial à equipa de trabalho da FIAN Colômbia por sua contribuição para a construção desta proposta (Juan Carlos Morales González, Ingrid Paola Romero Niño, Shirley Andrea Rodríguez, Mylena Gualdrón, Carolina Carvajal Castro, Adriana Fuentes, Milena Perdomo, Claudia Vaca, Diana Sánchez e Nubia Hernández) bem como à Marcela Santamaría (Asociación Red Colombiana de Reservas Naturais da Sociedade Civil – Resnatur), Isabel Álvarez Vispo (URGENCI), Philip Seufert e M. Alejandra Morena (FIAN Internacional) pelo apoio na revisão deste artigo.

FOTO | © Ricardo Pravettoni

1 R.A.Kock, et.al, “2019-n CoV in context: lessons learned?”. Disponível (em inglês) em: [https://www.thelancet.com/journals/lanplh/article/PIIS2542-5196\(20\)30035-8/fulltext#%20](https://www.thelancet.com/journals/lanplh/article/PIIS2542-5196(20)30035-8/fulltext#%20) Vol 4, março de 2020.

Desde o início deste ano, e sem dúvida em tempos vindouros, a avassaladora literatura publicada sobre o SARS-CoV-2, o vírus responsável pela pandemia em curso, é abundante. O debate alimentar também surge na linha de frente, mas mais como um problema de segurança alimentar convencional, em termos de abastecimento de alimentos durante medidas como o confinamento, que como um objeto relevante de análise estrutural. Neste artigo, queremos oferecer outra visão dos vínculos entre crises de saúde e o processo alimentar.

O CORONAVÍRUS E OS PROCESSOS ALIMENTARES: LIÇÕES APRENDIDAS

Num artigo publicado em março na renomada revista médica The Lancet,¹ são feitas duas afirmações que oferecem perspectivas para uma análise da atual emergência sanitária. Por um lado, a autora e autores estabelecem um vínculo entre “sistemas alimentares de origem animal” e a pandemia. Por outro, afirmam que o vírus da família corona (SARS CoV-2), agente infeccioso desta pandemia, ganha acesso à espécie humana por um processo zoonótico, ou seja, um processo de transmissão de animais a humanos.² Tais afirmações questionam as hipóteses conspirativas sobre a sua origem, como por exemplo a da sua criação num laboratório, e reforçam a importância de fatores estruturais ligados à realização do direito humano à alimentação e nutrição adequadas.

O artigo questiona os determinantes tradicionais que fazem parte do argumento usado para explicar a pandemia, pois apresenta o debate sobre os sistemas alimentares industriais³ como o centro da discussão. Não obstante, é necessário destacar

que o artigo analisa o problema a partir de uma visão tradicional da higiene. Portanto, ele parte da premissa de que a situação atual é resultado de contágio devido a um agente microbiano externo, que atua contaminando seus hóspedes dentro de um circuito de relações adversas de proximidade entre animais silvestres e a espécie humana.

Com base na demonstração do modo de transmissão das zoonoses detectadas ao longo das duas últimas décadas, a prestigiada equipe de pesquisa afirma que a cadeia de contágio é evitável com medidas claramente eficazes, que consistem na regulamentação das práticas dentro dos mercados húmidos de alimentos de origem animal (como o de Wuhan, onde se supõe que a pandemia foi iniciada). Esses mercados são espaços abertos informais, próprios de culturas com padrões alimentares enraizados a fortes tradições, nos quais a água mantém limpo aquilo que se exhibe e se vende, e ao mesmo tempo pode ser meio de vida de espécies vivas.

Fiel aos modelos lineares e causais da ciência positivista, o artigo apela para a teoria microbiana da doença, descoberta no século XIX, e centra-se em buscar a causa da dispersão da enfermidade através da promiscuidade entre espécies, cuja origem seriam as interações que ocorrem nestes mercados. A seguir, queremos demonstrar que os sistemas alimentares contemporâneos são geradores de doenças e disfuncionalidade desde o surgimento da era industrial e que estão profundamente implicados na atual pandemia. Propomos, portanto, um modelo de leitura não positivista deste momento histórico, que aponta a um horizonte analítico e holístico do processo alimentar.

A TRANSMISSÃO DE DOENÇAS INFECIOSAS ENTRE ESPÉCIES: CHAVES DA BIODIVERSIDADE⁴

É primordial compreender que a relação entre hóspedes na transmissão de doenças infecciosas costuma limitar-se a uma determinada espécie. Isso significa que, a princípio, a transmissão entre espécies diferentes é um fenômeno não habitual que requer condições especiais, as quais queremos destacar. A pergunta central em torno deste problema é que tipo de situação se requer para que esse salto de contágio ocorra de uma espécie para outra.

Desde o ponto de vista científico, considera-se que a proximidade inusual entre espécies por meio da prática dos mercados de peixes e animais é um fator de risco. Este tipo de afirmação, apoiada pela narrativa da ciência oficial, tem legitimado uma percepção que estigmatiza e vê de forma discriminatória, racista e prejudicial as práticas tradicionais dos mercados abertos. Nestes locais, pessoas que se dedicam à produção e à agricultura tradicional costumam oferecer os seus produtos. Para elas, o mercado não só é um espaço limpo, mas os animais inteiros, vivos ou mortos, constituem um valor agregado porque o alimento é exibido na sua essência “natural” sem ser processado. Visto dessa forma, o problema está longe de ser um assunto de higiene convencional.

A transmissão de uma doença infecciosa de uma espécie a outra ocorre por mudanças evolutivas, relacionadas com a fragilização dos ecossistemas e com a perda de sua biodiversidade. O risco de doenças infecciosas é um indicador da redução da biodiversidade,⁵ já que um esforço maior de conservação associa-se a uma quantidade menor de transmissão de infecções zoonóticas.⁶ Este efeito, conhecido como efeito de diluição, é um “serviço ecossistêmico de regulação das doenças”.⁷ O co-

2 Zoonose é conhecida como a transmissão de doenças, no geral infecciosas, de uma espécie animal à espécie humana. Também se fala de zoonose inversa, quando a transmissão ocorre de humanos a animais. Esta terminologia de “inversão” será tema de debate mais adiante.

3 A noção de sistemas alimentares tem sido construída com base na consideração de que a alimentação é um fenômeno que requer a consideração de variantes múltiplas, que devem ser entendidas através da teoria geral de sistemas, para que se consigam intervenções que modifiquem os obstáculos ao seu funcionamento. Esta perspectiva pode ser alvo de críticas do ponto de vista da complexidade, que não só assumam estas variáveis como elementos de um conjunto afetado por aqueles que “entram” ou “saem” dele, mas como um processo integral e complexo. É pela afirmativa anterior que preferimos nos referir a processos alimentares, quando os entendemos de forma integral, e de sistemas alimentares, quando refere-se ao processo alimentar industrial.

4 Shuo, Su et.al, “Epidemiology, Genetic Recombination, and Pathogenesis of Coronaviruses”, Trends in Microbiology, Junho de 2016, Vol.24, No.6.

5 S.Morand, “Biodiversité, élevage et maladies infectieuses”, Biodiv 2050, No. 19, Dezembro de 2019.

6 Op.cit. 5.

7 Op.cit. 5.

8 Sobre esse tema, são altamente atuais trabalhos como o que se segue, e uma entrevista com seu autor, Rob Wallace. Disponíveis (em inglês) em: <https://monthlyreview.org/2020/04/01/covid-19-and-circuits-of-capital/>; <https://monthlyreview.org/press/who-should-we-blame-for-coronavirus-rob-wallace-has-some-answers/>.

9 O Grupo de Especialistas de Alto Nível (conhecido como HLPE na sigla em inglês) do Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA) da Organização para a Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO), publicou em seu relatório No. 12, de 2017, um modelo conceitual no qual construiu a categoria de sistemas alimentares e dentro deles, o sistema alimentar denominado moderno. O comitê considerou que eram aqueles que estão mais próximos do desenvolvimento da agroindústria e da indústria de comestíveis. Disponível (em espanhol) em: http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/hlpe/hlpe_documents/HLPE_Reports/HLPE-Report-12_ES.pdf.

10 Preferimos usar esta categoria proposta pela FIAN Colômbia, para não falar do sistema alimentar moderno, referindo-nos especificamente ao padrão dominante determinado pela indústria de comestíveis.

11 *The Lancet Commissions*, em *The Lancet.com*, Vol. 393, Fevereiro de 2019. Esta publicação contém o resultado de uma análise multidisciplinar e internacional, realizada por um grupo de especialistas convocado por uma iniciativa da revista *Lancet*.

12 Na FIAN Colômbia temos trabalhado em uma definição que diferencia os “alimentos verdadeiros” dos “comestíveis”. Os “comestíveis” caracterizam-se por ser elaborados de maneira industrial e ter um alto nível de nutrientes críticos como açúcar, sal, gorduras e aditivos. Os “alimentos verdadeiros” são aqueles que passam por processamento mínimo ou não são processados, e que preservam sua matriz alimentar natural. Nós os vemos como sendo externos ao conceito de “dieta (altamente medicalizada e prescritiva), e vinculados à regeneração dos ecossistemas e integrados às perspectivas produtivas locais, familiares e sazonais, como a agroecologia.

13 *Relatório da Comissão para eliminar a obesidade infantil*, OMS, Genebra, 2016. Disponível, em inglês, em www.who.int/end-childhood-obesity/final-report/en/.

14 Op.cit.13.

lapso climático é um fator importante que contribui para a perda massiva de biodiversidade, ao mesmo tempo que a destruição dos ecossistemas é um fator-chave do aquecimento global.

É importante notar, no entanto, que o maior impacto sobre a biodiversidade atualmente está representado pelas práticas da agroindústria, o uso de pesticidas, a proliferação dos monocultivos extensivos (que leva concomitantemente, a várias das práticas mencionadas anteriormente) e pela expansão e intensificação da pecuária industrial.⁸ Neste último caso, também existe uma condição de proximidade e de amontoamento que configura uma concentração de animais de uma única espécie. Esta prática desequilibra a relação com o meio ambiente e com espécies selvagens, e coloca no mesmo nível de risco os mercados de animais tradicionais e os estábulos e armazéns da agroindústria.

É evidente que com as práticas alimentares atuais, as sociedades contemporâneas têm contribuído através dos sistemas alimentares denominados modernos⁹ à crise da biodiversidade e ao aumento do risco de permanência e surgimento de novas zoonoses, como é o caso da pandemia do COVID-19. A fragilidade ecossistêmica fortaleceu a transmissão de infecções de uma espécie para outra, as zoonoses de outras espécies à espécie humana e vice-versa. A seguir, veremos um exemplo de adaptação evolutiva, representado num modelo criado pela Fian Colômbia que procura explicar os perfis de doenças atuais e a sua relação de determinação com o atual padrão alimentar de tipo corporativo.¹⁰

DAS DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS ÀS ZOOSE E ÀS EPIDEMIAS INFECIOSAS: A HISTÓRIA REPETE-SE

Há mais de dois anos, a FIAN Colômbia trabalha no desenvolvimento de um modelo que permita construir uma relação generativa entre ecossistemas disfuncionais, impactados pelos sistemas alimentares contemporâneos, e o perfil de doenças e de formas de morrer das maiorias nas populações dos países do mundo. As doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) são aquelas que aparecem em primeiro lugar na morbimortalidade, já não mais apenas nos países do mundo industrializado, como também em países do sul, onde cada vez mais os padrões de alimentação tradicionais foram substituídos por padrões industrializados, sendo as mulheres as mais afetadas.

Em fevereiro de 2019, a chamada Comissão Lancet,¹¹ publicou um artigo no qual era apresentado um vínculo entre doenças crônicas, ecossistemas deteriorados e consumo de comida industrializada. A obesidade, como uma das expressões da malnutrição, principalmente na população de meninas, meninos e adolescentes, é um indicador da dupla carga nutricional. Nestes casos, produz-se de uma só vez uma carência de nutrientes e um excesso de nutrientes críticos pelo consumo predominante de produtos comestíveis¹² ultraprocessados; conhecidos vulgarmente como junk food . A obesidade é o principal factor de risco de que se padeça de uma DCNT, como vem relatando a Organização Mundial da Saúde (OMS) há vários anos.¹³ Entre as populações mais afetadas, tanto pela obesidade e carga nutricional dupla, quanto pela divisão sexual do trabalho, encontramos as mulheres que acabam vivendo mais tempo, em piores condições sanitárias ligadas à alimentação.¹⁴

A produção industrializada de comestíveis é responsável tanto pelo padrão de doenças predominantes na maioria das sociedades contemporâneas (ou seja, as DCNT),

como pela fragilização dos ecossistemas pelos seus danos planetários. Essa industrialização é também um cenário propício para o surgimento da atual pandemia. Movida pela incerteza, a comunidade científica e política retornou à antiga lógica do isolamento populacional. As doenças infecciosas que eram consideradas superadas assumem a dianteira neste padrão misto de DCNT e novas doenças transmissíveis.

Num artigo publicado no ano passado na revista *Biodiv* 50,¹⁵ propusemos uma análise holística do processo alimentar, no qual o impacto ecossistêmico e nutricional sobre a prevalência de DCNT expressa-se em forma de resistência “negativa ou inversa”, ou seja, uma adaptação que tende a favorecer a doença e a morte, sobre a preservação da saúde e da vida. Somos presas de uma carga dupla de doença, em que ressurgem os padrões de antigamente, o que nos coloca no confinamento como única alternativa.

EM DIREÇÃO A UMA PROPOSTA HOLÍSTICA PARA O AGENCIAMENTO¹⁶ ALIMENTAR

Ao aderir à proposta das filósofas e teóricas feministas Judith Butler, Donna Haraway¹⁷ e Karen Barad,¹⁸ entendemos o momento atual como um ponto de inflexão no qual, num breve período de tempo (em relação à história planetária) as reservas do planeta foram devastadas. Sob uma lógica de exploração e consumo de energias que queimam carbono, e com o propósito de suprir um sistema económico com aspirações de crescimento ilimitado, as condições de exclusão e de pobreza foram aberrantemente exacerbadas à custa do capital acumulado por alguns poucos. A era atual, caracterizada pela influência depredadora dos seres humanos e do capital, respectivamente, foi definida com a terminologia Antropoceno e Capitaloceno, em alusão às eras geológicas (pelo uso da terminação “ceno”), para denunciar um fenómeno que, sem a intervenção humana, teria levado milhares de anos ou teria seguido uma catástrofe natural.¹⁹

Os padrões alimentares corporativos encontram-se no centro desta tormenta, pois são o resultado e a causa da disfuncionalidade dos sistemas vivos e da doença coletivizada da espécie humana. Embora as mulheres sejam as principais vítimas desse processo patriarcal, elas representam ao mesmo tempo a capacidade de resistência e regeneração como “progenitoras”²⁰ do processo alimentar.

Diante do exposto, é necessário descentralizar o olhar exclusivo do ser humano, para entender que a possibilidade de aceder uma resistência “positiva”, proposta para a defesa da vida, requer a inclusão de todas as formas de vida, que chamaremos de Biota. Aqui a balança inclina-se para a biose²¹ diversa, através do agenciamento de humanos e não-humanos. A recorrência da zoonose é um alarme que indica que estamos à beira do irreversível com a balança inclinada à “resistência negativa” e à abiose.²²

A emergência planetária tem sido expressada na ausência de refúgios naturais para as espécies que ainda vivem, e isso é um indicador da urgência de agir-se em direção à regeneração da vida e dos seus habitats, sem aumentar o número de “refugiados”. Os estados neoliberais construíram um projeto que concebe o seu papel como “gestores de retorno de capital”, onde os indicadores de crescimento económico são concebidos a partir da ideia de progresso baseado no desenvolvimentismo extrativista da exploração e apropriação da natureza. As relações de poder são assim estabelecidas a partir de um ser humano “sujeito masculinizado” sobre as outras

15 H. Salcedo Fidalgo, “Comment sortir du système agro-industriel? Un enjeu de santé publique face à la protection de la biodiversité”, *Biodiv* 50, No. 19, Dezembro de 2019.

16 A seguir, chamaremos de “agência” o exercício coletivo, que reconhece o indivíduo imerso em suas identidades, como corresponsável pela construção permanente da realidade. Este é um processo contínuo e não algo predeterminado. Os agentes são cooperativos e reconhecidos como sujeitos e, quando atuam, são imersos sem hierarquia com agentes não humanos, no conjunto planetário.

17 Ver: Donna Haraway, “Anthropocene, Capitalocene, Plantacionocene, Chthulucene: Making Kin”. *Environmental Humanities*, Vol.6, 2015.

18 Karen Barad, é pioneira na proposta de “realismo da agência”. Juntamente com Donna Haraway, ela faz parte do Departamento de História da Consciência da Universidade da Califórnia, em Santa Cruz, que inspiraram-se em seu trabalho crítico, sobre a filosofia de Judith Butler, a dar um passo em direção à “performatividade”. Ou seja, ao colocar ênfase onde os fenómenos ocorrem, onde coloca-se em evidência a dinâmica da exclusão.

19 As categorias de Antropoceno e Capitaloceno foram moldadas por Noboru Ishikawa, Anna Tsing, Donna Haraway, Scott F. Gilbert, Nils Bubandt e Kenneth Olwig em uma publicação para a revista *Ethnos* em 2014. Embora o termo antropoceno tenha sido usado anteriormente por Nils Bubandt, esta publicação foi definitivamente cunhada nas Ciências Sociais.

20 O termo foi usado em: Donna Andrews, Kiah Smith y M. Alejandra Morena, “Enfurecidas: mulheres e a natureza”, *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição*. “O poder das mulheres na luta por soberania alimentar”. Edição 11, 2019: p.8.

21 Na visão de Donna Haraway, a biota e a biose são definidas como a força do que é vivo.

22 Em oposição à biota, a supressão de forças da vida. Também utiliza-se o termo “abiose”, nos dois casos seguindo a proposta das autoras mencionadas nas notas 19 e 21.

formas de vida do planeta, situação criticada pelo feminismo por autoras como Braidotti, Haraway, Butler e Cabnal.

Parece que chegou o momento em que devemos assimilar uma lição em que agentes humanos e não humanos são capazes de lutar pela vida, através de uma saída do capitaloceno, fora da lógica dos modos de apropriação, dominação e exploração da natureza nas relações patriarcais e de poder de classe.

Se conseguirmos colocar o direito à alimentação e nutrição no centro da ação coletiva na agência humana, poderemos pensar em uma intervenção capaz de permear todas as configurações do processo alimentar. Essa proposta nos permite, entre outras coisas, reafirmar as inter-relações fundamentais entre alimentação e nutrição, por um lado, e saúde, por outro. Ecossistemas saudáveis são uma condição essencial para uma nutrição boa e saudável, o que, por sua vez, é uma contribuição fundamental para a estruturação de um terreno imunológico adequado para os seres vivos. Esse ponto de vista vai além das ações focadas da ciência positivista voltadas exclusivamente para a busca de medicamentos e / ou vacinas contra patógenos, para outros problemas e suficientemente criticadas.²³

23 Ver: H. Salcedo Fidalgo, « La vacunación es un experimento », *El Espectador*, 27 de novembro de 2014. Disponível (em espanhol) em: <https://www.elespectador.com/noticias/nacional/vacunacion-un-experimento-articulo-530130>.

Uma proposta mais holística é construída com a participação do conhecimento ancestral e das comunidades que protegem a biodiversidade e as sementes, a fim de aspirar ao surgimento de outras formas de defesa da biose.

SEIS PROPOSTAS PARA O PRÓXIMO SEGUNDO

Sem a possibilidade de adiar ações coletivas por mais um segundo e de acordo com o direito à alimentação e nutrição, queremos concluir essa análise na forma de propostas para o agenciamento da ordem alimentar:

Bloquear coletivamente o avanço dos chamados sistemas alimentares modernos, por meio da política coletiva de exigir que os Estados abandonem definitivamente o padrão alimentar corporativo. Isso só é possível através da produção agrícola camponesa, étnica, familiar, comunitária e agroecológica liderada por mulheres, que demonstraram a sua capacidade de alimentar o mundo.²⁴

24 Ver o artigo (em inglês) que fortaleceu este argumento em 2017: A. Muller, et.al, «Strategies for feeding the world more sustainably with organic agriculture». *Nature Communications*, Vol. 8, 2017.

Desviar o olhar exclusivo da espécie humana e do modelo social e económico patriarcal, ao gerenciar a nossa influência individual e coletiva na construção de um “parentesco”²⁵ que incorpora as forças de todos os géneros, e de todas as formas de vida e biose.

25 Por este termo, nos referimos à categoria “parente/parentesco” criada por Donna Haraway a partir do vocábulo em inglês *kin*. Op. cit.17. Refere-se ao vínculo que se constrói com outros seres vivos, para tornar os humanos parte de toda a biota, com um senso de “parentesco”.

Substituir o consumo de bens pela geração de insumos que promovam força biótica e resiliência positiva em todas as áreas: ambiental/ecológica, social, espiritual, económica e cultural, por meio de políticas de cuidado como imperativo coletivo, que eles têm como centro a reprodução social do papel da mulher.

26 Ver nota 12.

Propor a defesa de bens comuns como alimento “verdadeiro”,²⁶ a água, o espaço, a biota, para que sejam trocados e compartilhados, fora dos interesses do mercado.

Recorrer a uma forma de governação baseada na equidade e na governação policêntrica, que ofereça alimentação e nutrição adequadas a todas as pessoas em qualquer momento do ciclo da vida, reconhecendo a soberania alimentar como um objetivo por meio de formas de poder coordenadas entre diferentes centros. e níveis espaciais.

Reconfigurar uma aliança internacional para a biose que impeça o colapso do sistema Organização das Nações Unidas sem dar lugar a um novo pilar de unidade entre os povos para a vida planetária. Nessa aliança, o direito humano à alimentação e nutrição adequadas deve prevalecer, como eixo norteador dos horizontes de defesa da biose.

Essas e outras ações tornam-se essenciais em um momento histórico em que devemos repensar os estilos atuais da vida humana, sob pena de fechar definitivamente a possibilidade de que é a vida que prevalece sobre o interesse material efêmero e uma miragem do que seria a civilização.



EM RESUMO

A epidemia causada pelo vírus SARS-CoV-2, declarada pandemia pela Organização Mundial da Saúde em janeiro de 2020, suscita debates sérios sobre suas relações com os processos alimentares na era do capitalismo. Por um lado, destaca as evidências da transmissão de agentes infecciosos por causas diretamente ligadas aos chamados sistemas alimentares modernos, pois enfraquecem a biodiversidade e, portanto, estimulam a passagem de agentes virais de espécies animais para humanos. Por outro, mostra que o terreno propício para o desfecho fatal da doença é o mesmo já produzido pelo processo alimentar corporativo em doenças crônicas não transmissíveis. Além do projeto científico convencional que visa medicamentos e vacinas, o artigo propõe uma saída da crise descrita em seis propostas por meio da noção do agenciamento alimentar. Ela integra a abolição do modelo de desenvolvimento patriarcal do padrão alimentar corporativo, ao privilegiar o cuidado coletivo liderado pelas mulheres por meio da agroecologia familiar e comunitária, que promove a vida planetária no âmbito da soberania alimentar, entre outros.



CONCEITOS-CHAVE

- A transmissão de agentes infecciosos de outras espécies para a espécie humana, como parece ser o caso do vírus responsável pela pandemia atual, é denominada zoonose e é um fenômeno relacionado à fragilidade dos ecossistemas.
- A pesquisa liderada por um grupo de especialistas do Comitê de Segurança Alimentar Mundial, construiu um modelo sistêmico para explicar o processo alimentar, que é integrador, mas insuficiente, chamado de modelo de sistemas alimentares.

- O processo alimentar, que é mais integrador e holístico, permite a distinção de um padrão alimentar corporativo dominante, baseado no agronegócio e parcialmente responsável por doenças crônicas não transmissíveis e pelo colapso da natureza.
- A atual situação de adaptação de espécies vivas à agressão humana parece favorecer a adaptação negativa, na forma de doenças, também proposta como resistência reversa.
- Antropoceno e Capitaloceno são os nomes que pesquisadores contemporâneos e alguns autores atribuíram às consequências planetárias dos danos humanos ao planeta devido à preponderância de um sistema extrativista e patriarcal que explora a natureza sem limites.

PALAVRAS-CHAVE

- SARS-CoV-2
- COVID-19
- Antropoceno
- Capitaloceno
- Sistemas alimentares
- Padrão alimentar corporativo
- Biose
- Agenciamento
- Extrativismo
- Colapso climático
- Biodiversidade
- Pandemia

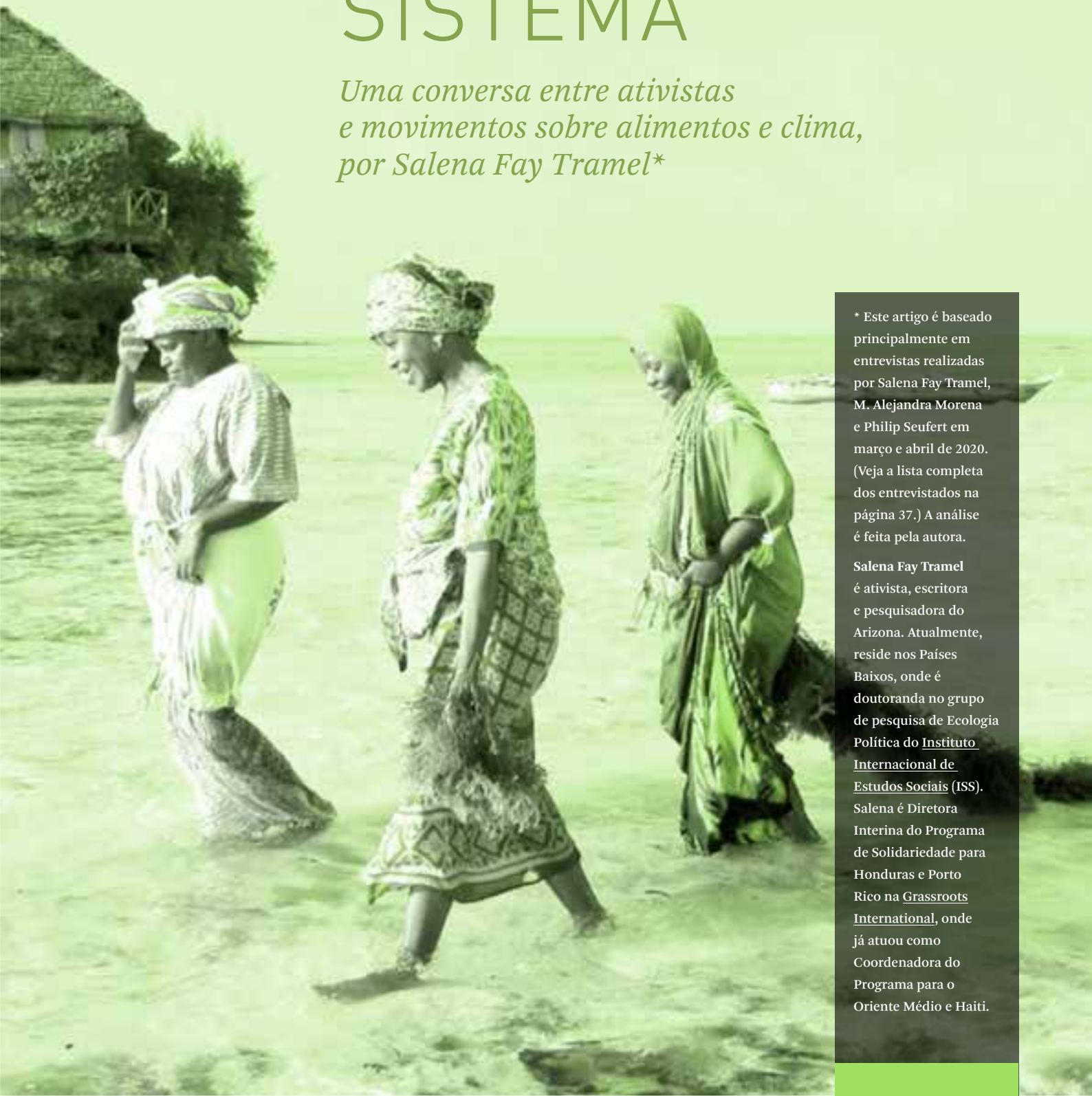


CONVERGÊNCIA PARA SUPERAR A CRISE E MUDAR O SISTEMA

*Uma conversa entre ativistas
e movimentos sobre alimentos e clima,
por Salena Fay Tramel**

* Este artigo é baseado principalmente em entrevistas realizadas por Salena Fay Tramel, M. Alejandra Morena e Philip Seufert em março e abril de 2020. (Veja a lista completa dos entrevistados na página 37.) A análise é feita pela autora.

Salena Fay Tramel é ativista, escritora e pesquisadora do Arizona. Atualmente, reside nos Países Baixos, onde é doutoranda no grupo de pesquisa de Ecologia Política do [Instituto Internacional de Estudos Sociais \(ISS\)](#). Salena é Diretora Interina do Programa de Solidariedade para Honduras e Porto Rico na [Grassroots International](#), onde já atuou como Coordenadora do Programa para o Oriente Médio e Haiti.



“Esse momento político é uma tempestade perfeita de dois sistemas de pressão opostos, a saúde humana numa era de pandemia e a saúde planetária nos estertores da mudança climática. A transformação é inevitável, mas a aparência dessa mudança depende de nós.”

AGRADECIMENTOS |

Agradecimentos especiais a Philip Seufert e M. Alejandra Morena (FIAN Internacional) pelo apoio na conceitualização deste artigo, e a eles e a Christina M. Schiavoni (pesquisadora independente) pelo apoio na revisão.

FOTO | © Salena Fay Tramel

Choques ecológicos e económicos no capitalismo global não são nenhuma novidade, mesmo que tenham a tendência de nos apanhar desprevenidos. A terceira década do século XXI abriu-se como as páginas de um livro de suspense escrito de forma magistral, seu vilão um vírus altamente contagioso e multiplicador. A vida industrial moderna como a conhecemos, dependendo de uma intrincada série de interações humanas, parou de funcionar, como um relógio antigo e cansado. Aviões fantasmas sem passageiros cortam os céus em voos transatlânticos, enquanto os hospitais no emaranhado de cidades abaixo transbordam com doentes. Alguns de nós se voltam para os ecrãs de nossos computadores como os portais em que se tornaram, tentando entender esse momento político peculiar. Outros não têm tempo para tais reflexões; as linhas da frente do campo de batalha contra o COVID-19 estenderam-se ao longo das trincheiras existentes de raça, classe, género e geração.

Enquanto alguns jornalistas derramam tinta sobre o potencial ‘retorno ao normal’, e outros lamentam que ‘nada nunca mais será como antes’, comunidades e ativistas nas linhas da frente das alterações climáticas e da apropriação de recursos naturais têm experimentado os choques de desequilíbrio do sistema capitalista há já algum tempo.¹ Essas rupturas podem ocorrer numa área geograficamente limitada: um ciclone, um terramoto ou um derramamento de óleo. Elas também podem proliferar por diferentes lugares e espaços, uma vez que se iniciam, como as crises financeiras, energéticas, de combustíveis, e de aumento nos preços dos alimentos que ocorreram em 2007-08 e se espalharam através de várias fronteiras como fogo. Ou, de fato, como uma doença contagiosa e seus múltiplos impactos.

¹ Para mais informações, consulte O'Connor, James. *Natural Causes: Essays on Marxist Ecology*. Nova York: Guilford, 1998.

O Movement Generation, um grupo de ativistas de base, organizadores de movimentos e educadores populares com sede nos EUA, possui uma visão útil para entender as mudanças em grande escala que eles descrevem como ‘choques, deslizamentos e guinadas.’² Um deslizamento, como é conceitualizado nessa visão, indica um processo de mudança, parecido com o que eles chamam de choque — mas menos abrupto. Por exemplo, o aquecimento global e a acidificação dos oceanos são menos repentinos que uma emergência que surge da noite para o dia, mas pode representar perigos ainda maiores. Uma vez que um deslizamento ocorre, ele provoca uma reação em cadeia difícil de ser interrompida, assim como a energia cinética que leva uma fileira de peças de dominó a tombar uma por uma até o fim.

Quando um deslizamento crônico como o caos climático entra em contato com um choque agudo, como uma crise de aumento nos preços dos alimentos ou um surto repentino de uma doença, torna-se necessária uma guinada para romper o impasse. Essas guinadas podem ir em diversas direções. Na última década, testemunhamos tendências alarmantes nas guinadas em direção a um aumento da violência, da supremacia branca, do patriarcado e do colonialismo. Muitas delas ocorreram em resposta a questões interligadas de apropriação de recursos naturais e da negação e mitigação das alterações climáticas. Em nível global, isso é evidenciado pela falsa solução de ‘apropriação ecológica’, ou seja, apropriação de terras feita em nome da proteção ambiental — literalmente, “um ato de venda da natureza com a desculpa de protegê-la”.³ As guinadas também se manifestaram em várias vertentes do nacionalismo, autoritarismo e populismo de direita dentro dos Estados como respostas a um projeto neoliberal abrangente e vacilante.⁴

Mas existem outros tipos de guinadas a ocorrer, e os movimentos de justiça social estão a usá-la para vencer batalhas de longa data pelo acesso e controle dos recursos naturais. Dentro e através de movimentos radicais que historicamente trabalham por setor, os ativistas estão a engajar-se em conversas difíceis para construir convergências sofisticadas em favor de mudanças sistêmicas. Ou seja, se o capitalismo está a produzir rotineiramente choques econômicos e ecológicos ao longo da sua descida acelerada para um futuro que torna a vida impossível, então por que não usar essa ocasião para construir poder político a partir das bases para substituir o atual sistema por algo melhor?

Este artigo é sobre o que é necessário para que possamos alcançar essas guinadas em direção à justiça e soberania dos povos, e sobre quais são os obstáculos. Uma suposição fundamental e ponto de partida deste artigo é que a crise climática apresentou uma ameaça existencial que mobilizou movimentos que atuam em uma série de questões a entrelaçar suas lutas na resistência à apropriação de recursos e às alterações climáticas. Para trazer à tona as interações políticas que estão a ocorrer dentro e através dos movimentos em defesa da vida, o conteúdo deste artigo baseia-se em doze entrevistas, seis das quais foram organizadas em pares e as seis restantes, individualmente. Essas conversas foram realizadas com líderes do movimento social de organizações de mulheres, camponeses, pescadores, povos indígenas, jovens, ambientalistas e de trabalhadores dos cinco continentes, em março e abril de 2020.

Todos esses movimentos sociais compartilham agendas políticas abertas e pró-ativas que lutam contra o poder, privilégios e patriarcado. O clima e os alimentos foram usados como pontos de partida, áreas nas quais os ativistas entrevistados estão envolvidos há anos. As nossas conversas foram organizadas como espaços abertos

² Para mais informações, consulte Movement Generation. “Communities Across U.S Stand With Those Impacted by Sandy”. Disponível, em inglês, em: movementgeneration.org/communities-across-us-stand-with-those-impacted-by-sandy/; e Justice Funders. “State of the Movement 2018: 03 Mateo Nube”, Fevereiro de 2018. Disponível em, em inglês, em: www.youtube.com/watch?v=16nWP1y2kGI&feature=youtu.be.

³ Fairhead, James, Leach, Melissa, e Ian Scoones. “Green grabbing: a new appropriation of nature?” *Journal of peasant studies*, 39(2), (2012): 237-261.

⁴ Scoones, Ian et al. “Emancipatory rural politics: confronting authoritarian populism”. *Journal of Peasant Studies*, 45(1), (2018):1-20.

para uma troca em torno do que os movimentos de base veem como a saída do impasse aparente de um momento político multifacetado, e como laços mais fortes podem ser forjados para alcançar-se a soberania alimentar e a justiça climática em lutas mais amplas pela mudança do sistema. O restante deste artigo está organizado em torno de quatro guinadas-chave que surgiram como temas comuns no debate sobre como alcançá-las: feminismos, agroecologia, água e transição justa.

FEMINISMOS

Quando as chamas da crise dos preços dos alimentos foram finalmente controladas em toda a África uma década atrás, o continente foi abalado por feridas profundas no seu território, na forma de apropriação redobrada de recursos. Essa grande apropriação africana de terras foi única, pois os seus defensores a elogiaram como uma resolução para as várias crises de fome, desemprego e alterações climáticas. Mas ativistas feministas familiarizadas com as constantes mudanças de máscara do extrativismo não permitiriam ser varridas pela grandiosidade dessa farsa mais recente.

Ruth Nyambura é uma delas. “Começamos o Coletivo Ecofeminista Africano há pouco mais de cinco anos para reunir jovens feministas que trabalham na interseção entre a ecologia, a terra, os alimentos e o extrativismo”, diz Ruth por telefone do Quênia. “Os choques das crises de energia e alimentos provocaram um grande boom na mineração, e formulamos a nossa luta contra isso em dois níveis”, explica ela, “na tentativa de descobrir a economia política de tudo isso, enquanto também atuávamos em espaços mais íntimos.”

O Coletivo Feminista Africano passou algum tempo a rastrear o entrelaçamento histórico das mulheres, os alimentos e o meio ambiente que se estende pelo continente como um mapa revelador de padrões. “Nossas mulheres veem a análise interseccional dos alimentos na nossa região”, diz Ruth. “Estamos cientes de que a maior parte é produzida por mulheres africanas, nas áreas rurais e também nas cidades, e essas produtoras de alimentos são em grande parte mulheres mais velhas”, acrescenta.

Essa história carrega consigo um significado profundo, à medida que as mulheres do Coletivo Feminista Africano enfrentam o desafio das alterações climáticas. “Há uma tendência de esquecer a história colonial ao tentar abordar os efeitos das mudanças climáticas sobre as mulheres e no nosso ecossistema e os desafios interconectados da redução das áreas de terra produtiva e o colapso do setor público”, diz Ruth. “Mas devemos aplicar isso na nossa análise”, acrescenta, “porque a crise climática precisa de ser vista como uma expressão e continuação das políticas coloniais que o continente africano enfrenta há mais de cem anos”.

Arieska (Arie) Kurniawaty, organizadora feminista da rede indonésia de defesa das mulheres Solidaritas Perempuan, compartilha a visão de Ruth sobre a interseccionalidade e importância de prestar atenção na história ao se abordar as causas da crise alimentar e climática. “Falamos sobre os direitos das mulheres”, diz Arie, “já que para nós feminismo significa falar sobre os desequilíbrios de poder, da família até ao nível global”. Ela explica que, no contexto indonésio, as feministas organizaram as mulheres e as suas comunidades mais amplas para defender as suas causas de maneiras que tiveram que ser lentas e não muito conflituosas.

As respostas capitalistas à mitigação das alterações climáticas forneceram uma abertura política para isso. A cornucópia de recursos naturais da Indonésia tornou o país um local ideal para esquemas de comércio de carbono nas florestas, na indústria da pesca e em terras agrícolas. O arquipélago recentemente ultrapassou outros países do sudeste da Ásia e do mundo; em 2017, alcançou o cobiçado indicador económico de uma economia de triliões de dólares e agora é a maior da região. Mas a que custo e para quem?

“É claro que temos que reduzir os gases do efeito estufa”, diz Arie, “mas projetos privatizados como o REDD+ na verdade limitam o acesso das mulheres às florestas, por isso precisamos trabalhar juntos para convencer o nosso governo de que essas são soluções falsas”. Ela diz que as florestas são onde as mulheres vão buscar alimentos e remédios e também servem como espaços espirituais e culturais insubstituíveis. A Solidaritas Perempuan equipa as mulheres camponesas com instrumentos testados pelo tempo, baseados em direitos humanos, como a *Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres* (CEDAW, 1979), bem como novos, como as *Diretrizes Voluntárias para a Governança Responsável da Posse de Terras, Pescas e Florestas* (VGGT, 2012), adotados pelo Comité reformado das Nações Unidas para a Segurança Alimentar Mundial (CFS).

No geral, Arie vê o movimento feminista indonésio em evolução como tendo potencial para lutar contra a impunidade das empresas multinacionais e um perigoso sistema político de direita que está a ampliar o seu alcance. A Solidaritas Perempuan também trabalha para aumentar a conscientização sobre questões feministas com movimentos sociais de produtores de alimentos e povos indígenas alinhados politicamente na sua análise, mas sem sensibilidade de género. Arie resume: “o patriarcado e o capitalismo empobrecem coletivamente as mulheres, e o movimento feminista é um movimento de libertação dos desequilíbrios de poder na vida de todas as pessoas. Agora é a hora de recuperar espaços cada vez menores em todas as regiões e continentes.”

Do outro lado do Oceano Pacífico e longe das suas praias, onde a fronteira militarizada dos EUA e do México separa o requintado ecossistema do deserto de Sonora, fica o território de Yaqui. Andrea Carmen pertence aos povos Yaqui, mas o seu compromisso com questões e movimentos indígenas não está vinculado à afiliação tribal. Como Diretora Executiva de longa data do Conselho Internacional do Tratado Indígena (IITC), no Arizona, ela cuida de muitos espaços.

Andrea começou a atuar no movimento das mulheres como estudante universitária nos anos 70. Naquela época, a segunda onda do feminismo vivia um auge e estava amplamente focado na resolução da desigualdade no local de trabalho. Enquanto a paridade salarial se tornou uma causa célebre para feministas brancas na América do Norte e na Europa, muitas mulheres indígenas ainda estavam ocupadas curando as feridas profundas infligidas pelo colonialismo. Andrea, por exemplo, trabalhava para alertar sobre a esterilização forçada de mulheres indígenas que estava em curso.

“Eu entendo o feminismo da perspectiva europeia, e faz sentido em seu contexto, mas como mulheres indígenas precisamos de o ver de outra maneira”, diz Andrea, “a Mãe Terra deu à luz a todos nós e criou respeito, então, forçar uma identidade binária sobre todos não é o que precisamos”. Ela acrescenta: “No nosso movimento

indígena, na minha experiência, não temos carência de liderança feminina forte, pois as mulheres são extremamente respeitadas como detentoras de conhecimento. Temos desafios diferentes.”

O conhecimento que Andrea compartilha aponta para a necessidade de uma pluralidade de feminismos para eliminar expressões sistêmicas prejudiciais de patriarcado, colonialismo e crescimento neoliberal. A promoção de feminismos indígenas, negros, camponeses, queer e outros movimentos de base permite que as pessoas mais afetadas por um sistema construído sobre formas interligadas de opressão construam o que é necessário para o substituir.⁵ Podemos destacar as violações que estamos a enfrentar, mas também as maneiras pelas quais podemos contribuir para soluções”, diz Andrea, acrescentando que “é preciso respeitar as práticas e estruturas indígenas”.

5 Para mais informações sobre interseccionalidade, leia também: Gioia, Paula. “É hora de sair do armário: diversidade de gênero no sistema alimentar, *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição* (2019):34-41. Disponível em <https://www.righttofoodandnutrition.org/pt/e-hora-de-sair-do-armario-diversidade-de-genero-no-sistema-alimentar>.

AGROECOLOGIA

Os planaltos peruanos de Ayacucho, que se conectam à floresta amazônica de um lado e à costa irregular do Pacífico, do outro, exalam revolução como o vapor das caldeiras dos vulcões pelos quais a região é conhecida. Quase 200 anos atrás, quando o Peru era uma fortaleza monarquista da coroa espanhola, o movimento de independência bolivariano venceu uma batalha decisiva em Ayacucho, salvaguardando toda a liberdade do continente sul-americano do domínio ibérico. Hoje, diferentes tipos de ameaças avançam pelos caminhos das montanhas andinas de Ayacucho.

O povo quíchua que vive em Ayacucho sobreviveu a muitas tentativas de aniquilação, em grande parte por se apegar firmemente aos sistemas agrícolas tradicionais que protegem a sua ecologia natural. Tarcila Rivera Zea é uma dessas guardiãs das tradições, líder no Centro de Culturas Indígenas do Peru (CHIRAPAQ) e fundadora da Rede Continental de Mulheres Indígenas das Américas (ECMIA). Ela dedicou a sua vida ao esforço de influenciar políticas, do nível local ao global, como defensora de mulheres indígenas, e fazer o seu trabalho através das lentes dos alimentos tem sido uma maneira importante de alcançar os seus objetivos. “A luta dos povos indígenas é pelo direito aos recursos naturais, e temos que deixar claro que esse é o nosso ponto de partida”, diz.

Tarcila explica que a crise climática está a exacerbar os problemas de acesso às culturas nativas em uma região já minada pelas políticas comerciais neoliberais. “Se valorizarmos e priorizarmos a produção saudável, de milho e batatas a ervas e medicamentos, e criarmos um mercado justo para esses produtos, o impacto das mudanças climáticas será menor”, afirma. Tarcila explica que o seu trabalho no CHIRAPAQ evoluiu em várias áreas, indo do direito à alimentação, à soberania alimentar e à justiça climática, e hoje inclui todas as três simultaneamente.

A agroecologia é um pilar que conecta a soberania alimentar à justiça climática. É uma mudança fundamental que os movimentos de justiça social veem como a saída do atoleiro que é o sistema industrial de alimentos e outras formas de controle e extração de recursos naturais. A maioria dos camponeses e povos indígenas tem aperfeiçoado a arte da agroecologia há gerações, através de constantes inovações baseadas no profundo conhecimento do mundo vivo.⁶ Com a anemia e a desnutrição a aumentar na terra natal de Tarcila devido à apropriação do sistema alimentar por grandes empresas, o CHIRAPAQ está a se certificar de que as respostas agroecológicas dos movimentos de base comecem com a produção local e terminem com o

6 Para mais informações sobre a agroecologia e o feminismo, leia também: “<https://www.righttofoodandnutrition.org/pt/sem-feminismo-nao-ha-agroecologia>”. *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição* (2019):42-50. Disponível em: https://www.righttofoodandnutrition.org/files/rt-fn-watch11-2019_por-36-43.pdf.

consumo local. “Podemos usar a agroecologia para articular as vozes das mulheres indígenas do local para o global”, diz.

Mas o que a agroecologia significa exatamente na prática? Em 2015, um grupo de ativistas da soberania alimentar e da justiça climática se reuniu na pequena eco-vila maliana de Nyéléni para buscar respostas a essa pergunta. Não foi a primeira vez que o movimento camponês do Mali organizou um evento como esse em Nyéléni, em colaboração com a sua parceira global La Vía Campesina. Em 2007, quando a crise dos preços dos alimentos estava a aumentar, os movimentos sociais reuniram-se para discutir a soberania alimentar como “o direito dos povos a alimentos saudáveis e culturalmente apropriados, produzidos por métodos ecologicamente seguros e sustentáveis, e o direito de definir a sua própria alimentação e sistemas agrícolas”.⁷ Então, em 2011, quando o Mali estava a enfrentar alguns dos piores casos de apropriação de terras em todo o mundo, os movimentos sociais voltaram a Nyéléni para denunciar o fenômeno e combatê-lo com a promoção da soberania alimentar.

7 Consulte a Declaração de Nyéléni do Fórum para a Soberania Alimentar, 2007. Disponível, em inglês, em: www.nyeleni.org/spip.php?article290.

O encontro de agroecologia de 2015 reuniu tudo: quando o deslize da crise climática entrou em contato com o choque da crise dos preços dos alimentos, a guinada que os capitalistas buscavam era a tomada de terras com uma nova fachada ambiental amigável. Essa aliança estratégica de movimentos sociais, no entanto, não iria permitir esse novo golpe. Saulo Araújo, que participou da reunião de agroecologia em Nyéléni, diz: “A agroecologia não é um conceito ou uma correção tecnológica, é um processo do que precisa ser feito para restaurar o equilíbrio, especialmente em tempos de crise”.

Engenheiro agrônomo por formação, o trabalho de Saulo apoia iniciativas em torno da soberania alimentar e da justiça climática lideradas por movimentos sociais. Originalmente do Brasil, ele atualmente dirige o Programa de Movimentos Globais da WhyHunger nos EUA, atua na Aliança de Soberania Alimentar dos EUA e na Aliança pela Justiça Climática. Saulo explica: “As pessoas estão a reivindicar o seu conhecimento e protagonismo ancestrais na soberania alimentar por meio da agroecologia. A solidariedade entre as comunidades é um ato de resistência em que compartilhamos conhecimento, apoiamos uns aos outros e construímos o internacionalismo de base como o caminho para as formas permanentes de crise que enfrentamos.”

É importante ressaltar que a agroecologia, assim como o feminismo, não é um remédio único. Na verdade, são exatamente essas soluções rápidas como REDD+ e a Revolução Azul⁸ que a agroecologia está a combater através de resistência política altamente organizada.

8 Para mais informações sobre as iniciativas ‘Blue Growth’ (Crescimento Azul), leia também: Barbesgaard, Mads. “Privatização e captura da política global para a pesca pelas grandes empresas”. *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição* (2016):34-37. Disponível em: <https://www.righttofoodandnutrition.org/pt/node/131>.

Um exemplo desse trabalho está a ocorrer em Porto Rico, um lindo arquipélago que se espalha pelo mar das Caraíbas como um trio de esmeraldas na vitrine de um joalheiro. Uma rápida olhadela no mapa dá a impressão de que Porto Rico é um paraíso isolado, que conta inclusive com sua própria floresta tropical. Mas uma passada rápida nas páginas de sua história exhibe uma outra face. Primeiro, a ilha foi tomada dos povos indígenas Taíno por Cristóvão Colombo e seus saqueadores, e depois foi adquirida pelos EUA como espólio após a guerra hispano-americana. Hoje, a ilha continua sendo uma posse territorial não incorporada dos EUA, ou seja, uma das colônias mais antigas do mundo.

Jesús Vázquez, ativista porto-riquenho da Organização Boricuá de Agricultura Ecológica (Boricuá), um movimento de jíbaras e jíbaros (produtoras e produtores agrí-

colas de pequeno porte) vê a agroecologia como a mudança necessária para romper com importações caras e não saudáveis de alimentos dos EUA e sufocar medidas de austeridade, também impostas pelo ‘continente’. “Pensamos muito nos nossos ancestrais, no povo Taíno e nos povos todas as regiões que querem voltar para a terra e usá-la produtivamente sem destruí-la ou explorá-la”, diz Jesús.

Uma rede crescente de ativistas de agroecologia em Porto Rico, que inclui a Boricuá, está a promover a lógica simples de que se Porto Rico cultivasse a maior parte dos seus próprios alimentos, além dos alimentos que produz para saciar os seus colonizadores — café para a Espanha e cana-de-açúcar para os EUA — poderia voltar a fazê-lo. Jesús explica que a Boricuá adaptou a metodologia campesino-a-campesino (de camponês a camponês) da La Vía Campesina, o movimento internacional de trabalhadores rurais do qual a Boricuá é membro, às necessidades intrínsecas do povo porto-riquenho. “Chamamos a esse método de brigadas agroecológicas e solidárias, e elas são essenciais para a forma como nos organizamos”, diz.

Essas brigadas passam de propriedade rural em propriedade rural para apoiar não apenas os agricultores, mas também a comunidade em geral. Tais estratégias fazem parte do compromisso da Boricuá com uma visão multissetorial. “Alimentos e agricultura são a essência da manutenção da vida, por isso sabemos que precisamos ter alianças mais amplas, com sindicatos, trabalhadores, produtores agrícolas, trabalhadores da saúde e outros”, diz Jesús. “Fazemos esse trabalho em diferentes regiões de Porto Rico e nos apoiamos os nossos movimentos”, acrescentou.

ÁGUA

Mencionar a Palestina num grupo misto de pessoas é receita para uma discussão. Com tantas camadas complicadas de opressão a sufocar tantas pessoas no contexto da ocupação israelita dos territórios palestinos, seria fácil descartar esta esquina tão disputada do Mediterrâneo como uma anomalia. Afinal, o ‘conflito’ envolve uma pequena área geográfica, contra um pano de fundo perturbador de divisões religiosas aparentemente irreconciliáveis. Certamente, a luta palestina pela libertação — não diferente de qualquer outra luta pela libertação — tem uma história e características únicas. Mas as políticas contemporâneas que a orientam estão diretamente ligadas ao controle sobre os recursos naturais, e o principal deles é a água.

A União dos Comitês de Obras Agrícolas (UAWC) é um entre uma multitude de movimentos sociais palestinos que preenchem o hiato que a ausência de soberania nos territórios ocupados provoca. “Israel usa cerca de 85% das nossas águas palestinas”, diz Saira Abbas⁹, da sede da UAWC em Ramallah. “As forças de ocupação não nos permitem coletar água da chuva, e também nos proibem de administrar a água subterrânea, impedindo-nos de aceder fontes, construir ou reabilitar poços artesanais”, explica.

Praticar a soberania alimentar por meio da agroecologia na Palestina rural nas sombras de invasões de assentamentos não é tarefa fácil, mas é um compromisso da UAWC. “O nosso melhor trabalho nas conjunturas de clima, alimentos e água é feito através do nosso banco de sementes”, diz Saira. A UAWC mantém um banco de sementes desde 2003; nele, ela protege um património de sementes palestinas raras que foram passadas de geração em geração como um estojo preciso de joias de uma antiga matriarca. “Essas sementes nativas não apenas facilitam o retorno à terra e a protegem através do cultivo”, diz Saira, “elas precisam de muito pouca água e nos protegem das mudanças climáticas”.

⁹ O nome foi alterado para proteger a confidencialidade da entrevistada.

A UAWC persiste na importância do internacionalismo e da solidariedade na normalização da situação dos 20.000 camponeses e pescadores que a entidade representa em Gaza e na Cisjordânia. Ela é membro da La Via Campesina, e ter esse relacionamento político com o movimento global permitiu aos ativistas palestinos a oportunidade de promover intercâmbios de aprendizado em seus territórios e também participar noutros que ocorrem no exterior. “Juntos, estamos mostrando ao mundo inteiro o importante papel da água na agroecologia”, diz Saira. “E podemos ajudar as pessoas a entender que a água é um fator determinante da ocupação que tentamos combater”, acrescenta.

Entre os trabalhos recentes mais importantes da La Vía Campesina está a liderança nas negociações para a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses, Camponesas e outras pessoas que trabalham em áreas rurais (UNDROP) e a sua aprovação; a Assembleia Geral adotou o instrumento baseado nos direitos humanos em 2018. O UNDROP descreve os direitos à água para uso pessoal e doméstico e destaca a sua importância para as pessoas do campo e outras populações que protegem os recursos naturais e cujos meios de subsistência dependem deles. O Artigo 21.2, por exemplo, estipula: “Essas pessoas têm direito a acesso equitativo à água e aos sistemas de administração da água e a estarem livres de desconexões arbitrarias ou de contaminação do abastecimento de água.”¹⁰

Embora movimentos sociais de vários sectores se esforcem para fortalecer os aspectos do seu trabalho relacionados à água, para pescadores e pescadoras, a água não apenas sustenta a vida, mas também fornece meios de subsistência. É nesse espírito que o Fórum Mundial dos Povos Pescadores organiza movimentos da pesca de pequena escala em todo o mundo. Um de seus membros mais ativos está em um Estado da África Ocidental, muitas vezes esquecido, onde rios caudalosos serpenteiam a terra vermelha para encontrar o mar.

As fronteiras bizarras da Gâmbia são tais que o país tem a aparência de um longo dedo torto que se projeta do Oceano Atlântico sobre o Senegal, como se estivesse apontando para o leste, sobre o vasto Sahel. Essa estranha topografia é remanescente de uma apropriação dos colonizadores britânicos da água no território indígena da África que já era ocupada pelos franceses. Desde 1965, a Gâmbia é independente; no entanto, a apropriação de água continua inabalável.

A Associação Nacional de Operadores de Pesca Artesanal (NAAFO) é a organização membro do Fórum Mundial dos Pescadores da Gâmbia que está a pressionar contra os reservatórios de água em várias frentes. Fatou Camara explica que o movimento do qual é líder adapta a estrutura da soberania alimentar para atender às necessidades exclusivas das comunidades ribeirinhas e costeiras da Gâmbia. “O peixe é uma proteína acessível altamente nutritiva para o nosso povo”, diz, “e a pesca industrial destrutiva e o turismo costeiro são uma ameaça para os pescadores”. Fatou representa a NAAFO internacionalmente dentro do grupo de trabalho de pesca do Comité Internacional de Planejamento para a Soberania Alimentar, uma organização que representa movimentos e tem sido fundamental na elaboração de políticas de governação global, como as Diretrizes Voluntárias da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação para a Pesca de Pequena Escala Sustentável (VG-SSF, 2014).

Na Gâmbia, Fatou trabalha na implementação de mecanismos políticos, como o VG-SSF a nível estadual, com foco na justiça de género. “A maioria das atividades

¹⁰ Para mais informações, consulte: Claeys, Priscilla e Marc Edelman. “A Declaração da ONU sobre os direitos dos camponeses, camponesas e outras pessoas que trabalham nas áreas rurais”, *Journal of Peasant Studies*, 47(1), (2020):1-68.

relacionadas com a pesca e com a justiça climática é realizada por mulheres, por isso queremos que nosso papel seja priorizado dentro do movimento de pesca”, diz. Além disso, Fatou reconhece que a ausência de direitos de posse da terra era um obstáculo para todas as mulheres da Gâmbia e espera criar vínculos com outros sectores que procuram obter esses direitos. “Queremos trabalhar com mulheres noutros sectores para que possamos fortalecer o nosso poder coletivo.”

Uma das demonstrações mais impressionantes do poder coletivo que usa a água como estrutura para a mudança do sistema ocorreu no território Sioux, nos EUA, em 2016-17. Mais de 280 tribos indígenas se reuniram em Standing Rock, uma reserva nas vastas planícies da Dakota, onde a taxa de pobreza é três vezes maior que a média americana, para bloquear a construção de um oleoduto gigantesco na área.

Embora os protestos tenham sido finalmente dispersados à força e o oleoduto tenha prosseguido, os protetores da água cavaram para si um espaço no mapa político. Os eventos em Standing Rock funcionaram como uma estação geradora de energia que alimentou uma nova rede eletrificada de alianças. Novos campos de protesto surgiram em Minnesota e Louisiana para defender direitos garantidos por tratados¹¹ às suas águas territoriais. E na Nação Navajo, a maior reserva dos EUA, localizada principalmente nos áridos desertos do Arizona, o lema “água é vida” é usado para trabalhar em todo onexo água-energia-alimento.

¹¹ Os direitos de Tratado são acordos vinculativos entre duas nações ou soberanias. Para uma análise simples, visite: indianlaw.org/content/treaty-rights-and-un-declaration-rights-indigenous-peoples.

Janene Yazzie, que é da Nação Navajo e trabalha no IITC, explica que a desertificação está a aumentar e dunas de areia estão a espalhar-se por sua terra natal devido às alterações climáticas. Essa invasão lenta foi paralelizada por atividades extractivistas em montanhas sagradas, mineração de carvão, *fracking* de gás natural e um legado da mineração de urânio. Janene explica: “O Conselho Internacional do Tratado Índigena trabalha com comunidades indígenas para construir modelos não apenas de soberania alimentar, mas também de soberania hídrica, e depois encontrar os caminhos necessários para elevar essas lutas de base ao nível internacional”.

Um exemplo deste trabalho é garantir que as parcerias energéticas e o desenvolvimento da terra sejam feitos a partir de uma abordagem baseada em direitos, usando ferramentas como as compiladas na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP), que estipula, entre outras coisas, o direito à água como um recurso natural essencial e o direito de defender tratados como os que teoricamente governam a Nação Navajo. “No nível da comunidade, este é um trabalho intergeracional”, diz Janene. “Temos a urgência de proteger os detentores de conhecimento tradicionais das nossas práticas, idiomas e protocolos necessários para explicar o que significa restaurar a nossa autossuficiência, a nossa soberania e quem somos como povos indígenas”, diz.

TRANSIÇÃO JUSTA

A estrutura de transição justa surgiu da organização sindical e da justiça ambiental quando o movimento antiglobalização estava no auge no fim dos anos 90. Alguns defensores do neoliberalismo norte-americano e europeu estavam a atrair as antigas colónias com o elixir tóxico de estabilização, ajuste estrutural e crescimento liderado pelas exportações. Os trabalhadores de base, os ambientalistas que pediam uma transição económica e ecológica na época estavam bem cientes de que isso estava vinculado à quebra de barreiras relacionadas à raça e à classe.

Mais de duas décadas depois, a transição justa é hoje na prática tão diversa quanto o são as comunidades que implementam o seu princípio central de substituir economias extrativas por regenerativas.¹² “Somos inspirados por muitas formas diferentes de ação direta não-violenta, de Ghandi e o movimento dos direitos civis, ao movimento antiapartheid e às sufragistas”, diz Esther Stanford-Xosei, uma ativista africana por justiça climática e reparações do patrimônio cultural da Rede Internacional de Solidariedade, da Rebellion Extinction, com sede em Londres. “Sabemos que a apropriação e desapropriação de terras estava e está ligada às economias das plantações de alimentos”, diz, “e que a extração de recursos em nossa terra natal é a nova forma de colonização da Grã-Bretanha”.

Esther acredita que curar um planeta ferido deve incluir a reparação dos erros cometidos às pessoas no processo. Isso começa com reparações aos escravizados e mortos pelo projeto colonial. Esther faz esse trabalho em sua comunidade no sul de Londres através do Stop the Maangamizi! Campaign, uma campanha que tem como alvo o Parlamento britânico, ao exigir o estabelecimento de uma Comissão de Inquérito pela Verdade e pela Justiça Reparadora.

“Os alimentos são uma questão central da colonização, e as nossas lentes de reparação começam com essa história”, explica Esther. “Há uma ligação clara entre os alimentos, a terra e o ecocídio que estamos a testemunhar hoje”. Para ela, a transformação do sistema alimentar e as reparações estão entrelaçadas. “O ecocídio e o genocídio são processos interconectados que têm como alvo os povos africanos e indígenas”, diz Esther, “de modo que a justiça reparadora, incluindo um repúdio à dívida, é defendida por povos colonial e racialmente oprimidos no Norte e no Sul globais”.

Esther vê a interseccionalidade como o caminho a seguir, através de uma rede firmemente tecida de movimentos sociais.¹³ “Também é importante que as comunidades brancas explorem as suas lutas por desapropriação de terras e opressão baseada em classe para defender a sua classe trabalhadora”, sugere ela. “Estamos a elevar as nossas perspectivas, soluções e metodologias para fundir as rebeliões dos nossos respectivos povos”, acrescenta Esther, “e parte desse trabalho está na conquista de corações e mentes na Europa”.

Como Esther descreve de forma eloquente, posturas ideológicas comuns dos movimentos de justiça social se baseiam na classe e identidade dos seus membros; por sua vez, essas ideologias alimentam estratégias políticas, como a transição justa. Khwezi Mabasa explica que os movimentos ligados à soberania alimentar e ao clima precisam criar estratégias de dentro para fora para obter resultados tangíveis no seu trabalho. “Precisamos de nos envolver com o Estado e também com o capital corporativo, já que ambos estão retirando a posse das mãos das pessoas e minando a soberania alimentar”, diz ele por telefone da África do Sul, “de uma perspectiva estratégica, precisamos de diferentes pilares de organização para transformar o sistema alimentar.”

Khwezi viu-se pela primeira vez nas interseções de alimentos e trabalho como educador e coordenador de políticas no Congresso dos Sindicatos da África do Sul (COSATU); hoje, ele faz um doutoramento centrado numa análise de género da crise agrária contemporânea da África do Sul. O seu trabalho abrange uma economia política alternativa, justiça racial e feminismos. “As mulheres negras da África do

¹² Veja Climate Justice Alliance. “Just Transition: A Framework for Change”. Disponível, em inglês, em: climatejusticealliance.org/just-transition/.

¹³ Para mais informações sobre interseccionalidade, consulte: Woods, Deidre. “Mulheres invisíveis: fome, pobreza, racismo e género no Reino Unido”. *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição* (2019):27-32. Disponível em: <https://www.righttofoodandnutrition.org/pt/mulheres-invisiveis-fome-pobreza-racismo-e-questoes-de-genero-no-reino-unido>.

Sul são historicamente agricultoras de subsistência, e seu trabalho basicamente sustentou a reprodução social da classe trabalhadora durante o Apartheid e mesmo depois”, explica Khwezi. “Isso é importante porque o trabalho não reconhecido dessas mulheres faz parte de uma estratégia mais ampla de subsistência sustentada por hortas comunitárias e domésticas”, acrescenta.

A posição da África do Sul como potência econômica regional e as atividades extrativas que a levaram a esse patamar são salientadas por Khwezi. Ele diz que a raça às vezes é usada como arma econômica para abrir o caminho para as atividades de mineração. O cinturão de mineração de platina do país, por exemplo, possui algumas das maiores concentrações de metais preciosos do mundo. “Quando grandes empresas nacionais e internacionais querem uma licença de mineração, elas precisam mostrar que estão a contribuir para os objetivos políticos da África do Sul, como a reparação racial, para que estabeleçam parcerias com a elite negra”, diz Khwezi. “Assim, algumas seções do grupo de ex-oprimidos se tornam o opressor”, explica.

Cabo Agulhas, na ponta do continente na África do Sul, não muito longe de onde Khwezi vive, é o lugar onde os oceanos se voltam para si mesmos. As águas quentes da corrente indiana encontram as águas geladas que vêm da Antártida e os dois sistemas empurram-se como dançarinos a girar, movidos pela energia da força centrípeta. Essa coreografia oceânica é tão fluida e previsível quanto os ciclos de vida da humanidade e os movimentos sociais que ela constrói para manter-se em movimento. Assim são as políticas de geração.

“Há muito o que fazer e não temos muito tempo”, diz Chiara Sacchi, uma jovem ativista do grupo *Jóvenes por el Clima* (Juventude pelo Clima) na Argentina. Quanto mais Chiara compartilha sobre o que significa ter 18 anos e atingir a maioridade na era do caos climático e de uma grande pandemia, mais sua voz se amplifica. “Todos os nossos problemas na Argentina são sistêmicos”, explica, “e as mudanças individuais não serão suficientes, por isso devemos exigir políticas públicas que possam fazer uma grande mudança, ao lidar com a raiz do problema”.

O movimento *Jóvenes por el Clima* é separado em módulos, de acordo com áreas distintas de interesse, e Chiara participa de dois deles: mudança climática e áreas rurais. “A Argentina é um país que constantemente utiliza recursos naturais, através do agronegócio, do desmatamento e da mineração, mas estamos a organizar-nos como jovens para impedir isso”, diz.

Chiara coloca em prática os princípios da transição justa através de seu trabalho de organização. Um aspecto desse trabalho é fragmentar o sistema industrial de alimentos, para substituí-lo por um em que os consumidores nas cidades se conectem diretamente com os pequenos produtores no campo. “Estamos a estabelecer um diálogo, e isso funciona melhor quando começa no nível municipal, de vizinho para vizinho, e dessa forma apresentamos outra visão que pode mudar o jogo”, explica. “E, então, esses grandes momentos políticos se abrem, e todos nós nos reunimos e marchamos na capital e mostramos os nossos rostos ao mundo”, acrescenta.

SÍNTESE

Nesse momento político que é delineado tanto por um desabamento iminente, definido pela própria pandemia, uma imagem de uma pintura do artista ativista filipino Federico ‘Boy’ Dominguez está a circular em alguns circuitos virtuais de ati-

vistas. A pintura mostra uma dispersão de barcos montados a partir de diferentes denominações de moeda, à deriva em um mar agitado de ondas exageradas de cor de safira. Ele mostra a estratificação social no seu pior momento, onde passageiros caricaturados se agarram nervosamente às laterais dos seus barquinhos de papel superlotados; um olhar mais atento revela outras pessoas abandonadas sozinhas no mar violento, a acenar angustiadas para os que estão nos barcos, a sinalizar para o alto em busca de alívio. O quadro serve como um dos muitos lembretes de que tudo o que está a acontecer agora é profundamente desigual.

De facto, esse momento político é uma tempestade perfeita de dois sistemas de pressão opostos, a saúde humana numa era de pandemia e a saúde planetária nos estertores da mudança climática. A transformação é inevitável, mas a aparência dessa mudança depende de nós. Os movimentos de justiça social que já estão familiarizados com esses tipos de choques e desabamentos, especialmente aqueles que trabalham nas interseções da apropriação de recursos e mitigação das alterações climáticas, apresentaram algumas propostas ousadas sobre as mudanças que são extremamente necessárias para romper o impasse.

As principais propostas são as novas estruturas de feminismos, agroecologia, água e transição justa. Essas mudanças nunca foram conceituadas como uma solução milagrosa; elas são diferentes em escala e espaço e variam de acordo com fatores como raça, classe, gênero e geração, que foram usados como alavancas de opressão no sistema capitalista. Cada uma das estruturas está focada na centralidade do território e o controle da comunidade sobre ele. E cada um desses pontos de referência está vinculado e reforçado pelos outros. Por exemplo, os feminismos fazem parte das transições justas tanto quanto a água é um componente da agroecologia.

Dos dolorosos solavancos da globalização que definiram as duas últimas décadas do antigo milênio às convergências de crises que caracterizaram as duas primeiras décadas do novo, a soberania alimentar e os movimentos de justiça climática têm trabalhado — cada vez mais unidos — para defender o quadro principal da mudança do sistema. O enorme esforço de mudar o sistema nunca teve a intenção de ser individualizado, como um Atlas mitológico que equilibra o peso do mundo sobre os seus ombros. É um processo altamente coletivo e contínuo, exemplificado por milhões de pequenos incêndios iluminando um céu sem lua.



EM RESUMO

Os movimentos de justiça social estão a usar a soberania alimentar e a justiça climática como pontos de entrada para uma revisão sistemática radical. Embora muitas organizações de base tenham trabalhado historicamente por setor, os ativistas estão a engajar-se em conversas profundas para construir convergências sofisticadas para vencer lutas de longa data por recursos naturais e resolver várias crises. Esses diálogos mostram sinergias dentro e entre os movimentos, das quais as mais vibrantes estão ligadas aos trabalhos sobre feminismos, agroecologia, água e transição justa. Esse momento profundo de diálogo político também desenterra tensões, muitas das quais estão a ser tratadas por meio de uma abordagem interseccional para a construção de alianças no combate de sistemas de opressão sobrepostos, como raça, classe e género. A transformação é inevitável neste momento de reverberação de choques económicos e ambientais globais, mas de que forma essa mudança desabrochará depende de nós. À medida que o capitalismo descende para um futuro impossível de forma acelerada, os movimentos de justiça social estão a mostrar à humanidade mais uma vez que outro mundo é possível, necessário e já está em andamento.



PESSOAS ENTREVISTADAS

- Andrea Carmen, Conselho do Tratado Internacional Indígena (IITC), povos Yaqui;
- Arieska Kurniawaty, Solidaritas Perempuan, Indonésia;
- Chiara Sacchi, Jovens pelo Clima, Argentina;
- Esther Stanford-Xosei, Extinction Rebellion Internationalist Solidarity Network (Rede Internacional de Solidariedade da Rebelião de Extinção, XRISN), Reino Unido;
- Fatou Camara, Fórum Mundial de Povos Pescadores (WFFP) e Grupo de Trabalho do Comité Internacional de Planeamento para a Soberania Alimentar da Pesca, Gâmbia;
- Janene Yazzie, Conselho Internacional do Tratado Indígena (IITC), povos Diné;
- Jesús Vázquez, Organização Boricuá de Agricultura Ecológica (Boricuá) / La Vía Campesina (LVC), e Aliança pela Justiça Climática (CJA), Porto Rico;
- Khwezi Mabasa, Antigo Congresso dos Sindicatos da África do Sul (COSATU) coordenador de políticas sociais, África do Sul;
- Ruth Nyambura, Coletivo Africano Ecofeminista, Quênia;
- Saira Abbas¹⁴, União dos Comités de Obras Agrícolas (UAWC), Palestina;
- Saulo Araújo, WhyHunger / Aliança de Soberania Alimentar dos EUA, Estados Unidos;
- Tarcila Rivera Zea, Centro de Culturas Indígenas do Peru (CHIRAPAQ) / Rede Continental de Mulheres Indígenas das Américas (ECMIA) Peru.

¹⁴ O nome foi alterado para proteger a confidencialidade da entrevistada.



CONCEITOS-CHAVE

- O fomento de feminismos de base permite que as principais vítimas de um sistema construído sobre formas de opressão interligadas construam o que é necessário para o substituir.
- A agroecologia é um processo que aborda o que precisa ser feito para restaurar o equilíbrio por meio da soberania alimentar e da justiça climática, e não uma solução única para todos.
- Às vezes tratada como uma reflexão tardia em debates sobre recursos naturais, a água deve ser tratada com urgência e como uma prioridade.
- A transição justa encapsula os caminhos a seguir, como o problema da apropriação de recursos e a mitigação das alterações climáticas.



PALAVRAS-CHAVE

- Alterações Climáticas
- Destruição ecológica
- Justiça climática
- Soberania alimentar
- Feminismo
- Agroecologia
- Água
- Transição justa
- Agronegócio
- Poder corporativo
- Capitalismo
- Racismo
- Patriarcado



TERRA, CLIMA E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO: RELATÓRIO ESPECIAL DO IPCC SOBRE MUDANÇA CLIMÁTICA E TERRA

*Entrevista com Marta Guadalupe Rivera Ferre,
por Katie Sandwell*

Este artigo está baseado numa entrevista feita em 24 de fevereiro de 2020.

Marta Guadalupe Rivera Ferre é diretora da Cátedra de Agroecologia e Sistemas Alimentares da [Universidade de Vic](#). Ela trabalhou no uso potencial do conhecimento agroalimentar tradicional local na adaptação às mudanças climáticas, e participou como autora principal da Avaliação Internacional do Conhecimento Agrícola, Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (IAASTD), do Quinto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), e Relatório Especial sobre Mudança Climática e Terra. As áreas em que ela tem atuado recentemente incluem a pesquisa agroalimentar a partir da perspectiva de teorias feministas e teorias do bem comum.

Katie Sandwell faz parte da equipa de programas dos projetos Drogas e Democracia e Justiça Agrária e Ambiental do [Instituto Transnacional](#) (TNI). As suas áreas de trabalho incluem transição justa, soberania alimentar, visões emancipatórias dos direitos humanos e controle democrático dos recursos. Ela é formada em filosofia e estudos ambientais, com foco em movimentos sociais e soberania alimentar.

O [TNI](#) é um instituto internacional de pesquisa e advocacia comprometido em construir um planeta justo, democrático e sustentável. Por mais de 40 anos, o TNI serve como umnexo único entre movimentos sociais, académicos engajados e estratégias políticos.

“Toda narrativa responde a um modelo mental, e toda narrativa constrói um futuro político. Portanto, toda narrativa é política.”

AGRADECIMENTOS |

Um agradecimento especial à Jennifer Franco, Lyda Fernanda Forero (TNI), e Sofia Monsalve (FIAN International) pelo apoio na preparação da metodologia para este artigo, e à Mariam Mayet (Centro Africano para a Biodiversidade), Sofia Monsalve e Philip Seufert (FIAN International) pelo apoio na revisão deste artigo.

FOTO | © Astrud Lea Beringer

A terra desempenha um papel crítico nos processos que sustentam a vida humana e não-humana no nosso planeta. Como a terra é usada, por quem, e com que finalidade terão impactos críticos em nosso futuro coletivo. Em agosto de 2019, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) — o órgão da ONU criado para avaliar a ciência relacionada com as alterações climáticas — publicou o seu Relatório Especial “Mudanças Climáticas e Terra”.¹

O relatório aborda as complexas relações entre o clima e a terra, reunindo cientistas de renome mundial para explorar as conexões entre o nosso sistema alimentar e agricultura e as mudanças climáticas.

Nesta entrevista com uma das principais autoras do capítulo sobre segurança alimentar, tentamos entender melhor as ligações entre o clima, a terra e o direito à alimentação e nutrição. Exploramos o processo por trás do relatório, os seus pontos fortes e limitações, e algumas grandes questões sobre como podemos administrar e usar a terra para um futuro mais justo e sustentável.

Este relatório é bastante impressionante e abrangente. A senhora também fez parte da Avaliação Internacional do Conhecimento Agrícola, Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (IAASTD). Como é fazer parte de uma iniciativa como essa? Em sua opinião, o que se destaca no processo do IPCC?

Quando eu fazia parte da IAASTD, estava a trabalhar num capítulo com alguns colegas que estavam completamente convencidos de que os transgênicos/OGM seriam

¹ IPCC. Um relatório especial do IPCC sobre mudanças climáticas, desertificação, degradação da terra, manejo sustentável da terra, segurança alimentar e fluxos de gases de efeito estufa em ecossistemas terrestres. IPCC, 2019. Disponível em: <https://www.unenvironment.org/pt-br/resources/report/relatorio-especial-do-ipcc-mudanca-climatica-e-terra>.

a tecnologia que resolveria todos os nossos problemas relacionados com a agricultura e a alimentação. Antes de conhecê-los, eu tinha um tipo de crença não-racional de que os pesquisadores que defendiam esses argumentos estavam a ser pagos de alguma forma pelas grandes multinacionais. Quando os conheci, tive que mudar de opinião: eles diziam isso porque realmente acreditavam. São pessoas muito boas que realmente querem resolver esses problemas, mas têm uma narrativa e discurso legítimos específicos, baseados nos seus próprios conhecimentos, em suas próprias vidas e experiências.

Podemos ver isso em todas as áreas da ciência e no processo de tomada de decisões. A participação nesses espaços diversificados com diferentes tipos de pesquisadores mostrou-me que tenho que respeitar essas visões — tenho que defender a minha própria visão e perspectivas, mas também tenho que respeitar a dos outros. É claro que tento mostrar-lhes alternativas, mas essa experiência mudou minha atitude em relação a colegas que têm opiniões opostas sobre a agricultura e a alimentação. Isso ocorreu tanto no IPCC como na IAASTD.

No entanto, especialmente no IPCC, provavelmente por causa do contexto atual de emergência climática e dos avanços no pensamento sistêmico, os cientistas estavam realmente abertos a perspectivas novas, tentando reconhecer que o que estamos a fazer não está a funcionar: continuar como se tudo estivesse normal já não é mais possível.

De qualquer forma, tanto o IPCC como a IAASTD fazem parte de um processo inter-governamental. Os relatórios devem ser aprovados pelos governos. Portanto, embora sejam sempre baseados em evidências e puramente científicos, às vezes não se pode dizer exatamente o que se deseja, da forma como se gostaria. A redação é muito importante e pode haver palavras específicas que alguns governos não aprovariam. Porém, é possível desenvolver os conceitos ou processos por trás dessas palavras para dizer o que é necessário, sem usar termos sensíveis. É preciso ter esse tipo de mentalidade ao participar desses processos, como em muitos outros tipos de processos intergovernamentais. Quando uma palavra sensível é introduzida; isso já é um avanço importante. Por exemplo, a soberania alimentar aparece no último relatório do IPCC. Isso é incrível!

A senhora trabalhou no capítulo sobre segurança alimentar. Que tipo de envolvimento esse grupo de trabalho teve com grupos de trabalho de outros capítulos?

O relatório levou três anos de trabalho para ser escrito. Nesse período, tivemos quatro reuniões presenciais. Cada membro trabalhou remotamente com a sua equipa para o seu capítulo específico ao longo desses anos, mas nas reuniões presenciais precisávamos de nos integrar e coordenar com os outros capítulos, para garantir coerência, que o relatório tivesse algum tipo de narrativa, e que todas as opiniões e descobertas legítimas fossem incluídas. Por exemplo, se não houvesse um acordo científico sobre algo que precisava aparecer no documento. Todo esse esforço de coordenação foi realizado nessas quatro reuniões de uma semana, que eram muito intensas!

A senhora fez muita pesquisa em agroecologia e conhecimento tradicional. É uma satisfação ver a agroecologia mencionada e apresentada como uma solução possível, mas notei que o foco era bastante técnico, sem algumas das dimensões sociais e políticas que muitas vezes são incluídas no debate em outros lugares. A senhora pode comentar a dinâmica por trás disso? Isso é uma característica necessária desse tipo de relatório, ou relatórios como esse podem ser fortalecidos com a inclusão de mais ângulos políticos e sócio-científicos?

Bem, isso tem muito a ver com a dinâmica dos relatórios de avaliação e como eles são estruturados. O IPCC possui três grupos de trabalho: um concentra-se na dinâmica biofísica das alterações climáticas; um tem foco na adaptação; e um na mitigação, incluindo como tudo isso será tratado em termos de políticas. Então, de certa forma, o IPCC é bastante fragmentado.

Na agricultura e na alimentação, a comunidade científica vem a pedir avaliações integradas. O relatório especial sobre terras foi, de facto, uma tentativa de produzir uma avaliação mais integrada da agricultura e alimentos, através do ponto de entrada da terra. Mas produzir um relatório integrado e trabalhar em conjunto com especialistas em adaptação e mitigação ainda é novo e desafiador.

Nesse relatório, temos capítulos sobre desertificação (capítulo 3) e degradação da terra (capítulo 4) e o capítulo sobre segurança alimentar (capítulo 5), do qual participei. Então, as sinergias e a troca são abordadas no capítulo 6 e as políticas no capítulo 7. Portanto, embora reuniões para comparar capítulos sejam realizadas e haja um esforço de integração para garantir coerência, ainda assim autores e autoras diferentes escrevem capítulos distintos. Portanto, o meu capítulo trata da agroecologia, mas apenas no contexto da segurança alimentar.

Analisamos a segurança alimentar em todas as suas dimensões, e como elas são impactadas pelas alterações climáticas. Também abordamos como os sistemas alimentares afetam as mudanças climáticas em termos de emissões de gases de efeito estufa. Logo, discutimos sinergias e trocas, onde falamos sobre agroecologia. Queríamos mostrar como algumas práticas agrícolas e agroecológicas, como a captura de matéria orgânica no solo, consorciação, rotação de culturas, etc., podem contribuir para a mitigação e a adaptação. Então, o nosso objetivo foi mostrar que se colocarmos o foco na agroecologia, podemos ter uma resposta mais integrada [às mudanças climáticas]. Também estabelecemos um vínculo entre as variedades locais/negligenciadas e o conhecimento indígena. Portanto, o nosso foco mais técnico foi o resultado da estrutura do relatório, dos autores e autoras que participaram e do foco de nosso próprio capítulo.

Nos materiais suplementares — mas não no texto principal — oferecemos algumas informações e exemplos de como os movimentos da sociedade civil fazem parte da governança da segurança alimentar a nível global. Mas isso faz parte do processo, foi necessário perder algumas coisas ao longo do caminho. A agroecologia também é mencionada no capítulo 6, sobre sinergias e trocas, e no capítulo 7, sobre políticas.

A senhora sentiu durante o processo que havia ‘pontos cegos’ ou áreas importantes que estavam fora do seu “escopo” que deveriam ser considerados? Por exemplo, hoje muitos ativistas da terra estão muito preocupados com o aumento da concentração da terra em escala global, mas isso não aparece no capítulo sobre segurança alimentar. Esse recurso foi mencionado nas suas discussões? A senhora acha que isso nos mostra algo sobre o processo?

Isso é abordado nos capítulos 6 e 7. O capítulo 6 explora 41 opções potenciais de mitigação e adaptação, degradação da terra, desertificação e segurança alimentar. Eles analisaram diferentes sinergias, trocas, e custos associados. Assim, por exemplo, eles mostram que a bioenergia pode ser uma opção para mitigação, mas que projetos em grande escala podem competir por terras e prejudicar a segurança alimentar da população local. Portanto, a bioenergia funciona melhor quando procurada de forma mais local e numa pequena escala, para que seja executada de maneira coerente e integrada.

No capítulo 7, há uma secção específica sobre posse da terra, onde é discutida a apropriação de terras. Ela mostra as diversas visões sobre o tema, mas também como a apropriação de terras pode estar associada a monoculturas e práticas insustentáveis de uso da terra, com consequências negativas para a adaptação, mitigação e segurança alimentar. A posse segura da terra é essencial para apoiar a adaptação. Também escrevemos um artigo suplementar entre capítulos que aborda o género e problemas relacionados com a posse da terra para as mulheres. Mostramos que a vulnerabilidade diferencial delas às mudanças climáticas está relacionada à desigualdade no acesso a recursos com base em direitos, estabelecida por meio de sistemas de posse formais e informais. Devido às estruturas sociais patriarcais arraigadas, as mulheres enfrentam múltiplas barreiras à participação e à tomada de decisões, inclusive em torno da adaptação e mitigação de terras. Portanto, não tenho a certeza da extensão da discussão sobre a concentração de terras, mas a questão da apropriação de terras definitivamente aparece no relatório.

Mas esse não é um relatório de ONG ou da sociedade civil, é um relatório governamental e tem limites. Ainda assim, é importante que esses problemas sejam descritos. O facto de que eles apareceram nesse tipo de documento significa que não podem ser tão facilmente descartados como uma preocupação dos movimentos ativistas ou da sociedade civil. Ele torna impossível negar que essas coisas estão a acontecer. Essas informações coletadas num espaço científico adicionam-se a outras descobertas da sociedade civil e podem ser uma ferramenta valiosa para as comunidades afetadas ao defenderem os seus direitos.

Sim, pode ser uma fonte muito importante de legitimidade. No capítulo sobre segurança alimentar, a senhora mostra várias maneiras com as quais países e outros atores podem liderar esforços de adaptação ou mitigação para proteger a segurança alimentar diante das mudanças climáticas. Como ativistas, sabemos que executar essas mudanças raramente é tão simples quanto se deseja. Quais são os maiores obstáculos para a adoção das soluções e alternativas que a senhora identificou?

Existem muitos tipos de obstáculos, incluindo os materiais, mas acho que os obstáculos mais críticos são realmente mentais. Tivemos décadas de políticas, visões e

perspectivas de desenvolvimento. Essa é uma maneira linear de pensar, focada no crescimento. Ela vê a tecnologia como a solução para os nossos problemas e o conhecimento local indígena como “atrasado”.

Precisamos mudar essa narrativa. Existem narrativas alternativas, mas precisamos torná-las mais visíveis, para que elas possam realmente emergir como soluções. É realmente problemático que a narrativa convencional aceita não seja vista como política. Quando se fornece uma narrativa diferente, mesmo baseada em pesquisas, as pessoas dizem: “ah, isso é política”. Mas a outra também é política! Toda narrativa responde a um modelo mental, e toda narrativa constrói um futuro político. Então, toda narrativa é política. Se eu apoiar um futuro baseado no crescimento econômico, se eu apoiar um futuro construído no atual modelo de desenvolvimento, isso é política, mesmo que eu tenha uma base científica. Quando falo sobre soberania alimentar, as pessoas a veem como política, apesar de ser baseada em descobertas científicas. Por que apenas isso é visto como político? Defender o status quo também é política!

Essa é uma grande barreira política e mental. As políticas respondem a um modelo mental, uma visão do caminho que devemos seguir. Portanto, as políticas podem ser um problema, mas precisamos ver de onde essas políticas emergem e mudar isso.

É justo dizer, então, que parte do papel dos movimentos de soberania alimentar é promover um tipo diferente de narrativa e um novo discurso?

Sim, totalmente. E também o vejo como uma espécie de horizonte: quando se pensa sobre onde desejamos ir, é importante não perder de vista o objetivo político final. Mas, ao mesmo tempo, precisamos entender que talvez nunca cheguemos até lá, ou pelo menos não durante a nossas gerações. Diálogo, negociação, mudança de opinião das pessoas, é um processo muito lento.

Mas uma mudança importante que tenho testemunhado nos últimos anos é o reconhecimento de que “baseado em evidências” significa o que também precisamos levar à mesa quando não há consenso científico. Isso é muito importante. Na IAAS-TD, essa foi uma das razões pelas quais os atores corporativos, as grandes empresas, se retiraram: eles não viram os seus argumentos a favor dos OGM no relatório. Essa é uma força dos processos e espaços científicos. Se não houver consenso científico sobre um problema, isso por si só é importante. Assim, nesses relatórios internacionais, pudemos incluir todos os discursos diferentes e divergentes sobre tópicos controversos. Isso pode ajudar a abrir discussões sociais e políticas mais amplas sobre que tipos de soluções queremos apoiar.

Ao pensar em narrativas lineares e progressivistas, muitos ativistas têm preocupações sobre o modo como as estratégias de mitigação e adaptação climática baseadas na terra podem intensificar as pressões sobre a terra. Isso ocorre especialmente quando os usuários tradicionais são enquadrados como usuários atrasados e ineficientes da terra e dos recursos em comparação com outras ‘tecnologias sustentáveis’. Sei que isso é abordado nos capítulos 6 e 7, mas também foi discutido nas suas conversas?

Essa era uma questão importante, embora não exatamente nesses termos. Uma questão-chave é o conhecimento indígena e local. Há muitos conhecimentos e es-

estratégias específicas de cada local e contexto, como intercultura, rotação de culturas, associação de culturas e trabalho com variedades negligenciadas e subutilizadas, o que pode ser importante para a adaptação e mitigação dos efeitos do clima na terra. Mas quais são as barreiras para colocar essas soluções em prática? A posse da terra passou a ser realmente importante. A falta de respeito aos acordos tradicionais e informais sobre a posse da terra em alguns contextos é crítica. O conhecimento local indígena é frequentemente vinculado a pequenos agricultores, que enfrentam desafios em torno do acesso à terra e da competição por terras.

Isso também é visto no capítulo 6, onde se examina a competição por terras que surge quando algumas estratégias de mitigação, como a bioenergia em grande escala, competem por terras e podem promover a apropriação de terras, e comprometer a segurança alimentar das comunidades. Assim, no relatório, a narrativa começa com a questão: de quais práticas precisamos? Precisamos de todas essas práticas que sequestram o CO₂, mas também promovem a adaptação e se baseiam no conhecimento local indígena. O problema da posse da terra entra em cena como uma barreira para a implementação dessas soluções, em vez de começar com a posse da terra como um problema em si.

Como a senhora vê o papel de relatórios como esse e órgãos como o IPCC na contribuição para esses processos e discussões? Onde a senhora vê oportunidades para aprofundar essas questões, em futuros espaços ou processos internacionais?

Há uma demanda de cientistas pela introdução de mais ciências sociais e questões sociais. As evidências mostram que, ao se concentrar apenas na tecnologia ou na evidência baseada nas ciências naturais, não podemos resolver as nossas crises urgentes. Essa maior abertura para as ciências sociais torna possível levar esses temas à mesa — conhecimento indígena, posse da terra — porque eles fazem parte do debate das ciências sociais, bem como da sociedade civil. Isso está a crescer cada vez mais, mas, ao mesmo tempo, o IPCC é uma grande estrutura, um tipo de máquina, e fazer pequenas alterações leva muito tempo.

Existem outros espaços internacionais, como o IPBES, a plataforma de biodiversidade e serviços ecossistêmicos, que são mais flexíveis. Eu trabalho com o grupo de cientistas locais indígenas do IPCC, e estamos a pressionar para incluir idosos indígenas como parte do processo do IPCC, para realmente colocar o conhecimento científico e indígena em pé de igualdade, ou pelo menos para abrir um espaço para ele. Espaços como o IPBES abriram mais oportunidades e deram os primeiros passos nessa direção. Também há espaços na ONU, mas no IPCC é muito, muito difícil. Essa é realmente uma questão de justiça epistêmica. Essa estrutura é baseada no conhecimento, portanto deve ser objetiva, e colocar todos os diferentes conhecimentos no mesmo nível.



EM RESUMO

Processos científicos como o Painel sobre Mudanças Climáticas da ONU ajudam a moldar o consenso global sobre o que é necessário e o que é possível. Eles servem como fonte de informação para o trabalho dos estrategistas políticos em todo o mundo.

No entanto, o processo de criação de conhecimento científico nunca é simples ou politicamente neutro. Conversamos com Marta Guadalupe Rivera Ferre, uma das principais autoras do capítulo sobre segurança alimentar no Relatório do IPCC sobre Mudança Climática e Terra (2019), para entender o processo por trás deste relatório e algumas das fragilidades e possibilidades nas discussões científicas internacionais sobre terra, clima e alimentos.

O Relatório do IPCC sobre Mudança Climática e Terra expôs o estado atual do entendimento científico sobre as muitas complexas relações entre a maneira como a terra é usada globalmente e os impactos no clima global.



CONCEITOS-CHAVE

- Espaços internacionais como o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas tentam reunir o mais alto padrão de conhecimento científico, integrar a visão de cientistas de diferentes áreas e responder às realidades políticas.
- Os cientistas nesses processos trabalham juntos para integrar um vasto conjunto de conhecimentos complexos.
- Os cientistas envolvidos no processo inevitavelmente trazem os seus próprios antecedentes e suposições, inclusive sobre o que é político e o que não é.
- A soberania alimentar, o conhecimento indígena local e a agroecologia desafiam algumas das suposições subjacentes que moldaram o conhecimento científico na história moderna.
- A inclusão de outros tipos de conhecimento, como o conhecimento indígena local e as contribuições das ciências sociais e da sociedade civil pode ajudar a procurar uma visão do uso justo e sustentável da terra.



PALAVRAS-CHAVE

- Terra
- IPCC
- Soberania alimentar
- Agroecologia
- Mudança climática
- Conhecimento indígena
- Conhecimento científico
- Apropriação de terra
- Género/Acesso à terra com base no género

O VEGANISMO É A SOLUÇÃO PARA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS?

*Um diálogo entre ativistas da alimentação,
por M. Alejandra Morena**



* Este artigo é baseado em entrevistas realizadas por M. Alejandra Morena com Vanessa Álvarez González, Maresa Bossano, Line Niedeggen, C. Sathyamala e Marité Álvarez em fevereiro de 2020.

M. Alejandra Morena é ativista feminista de direitos humanos, originária da Argentina. Ela é coordenadora dos Direitos da Mulher e de Gênero e editora-chefe do *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição* da FIAN Internacional em Heidelberg, Alemanha.

A FIAN Internacional é uma organização internacional que vem defendendo o direito humano à alimentação e à nutrição há mais de 30 anos. Ela apoia comunidades e movimentos populares nas suas lutas contra violações ao direito à alimentação.

“Agora, mais do que nunca, em tempos tumultuosos de incerteza, é vital fortalecer nossos próprios movimentos e promover diálogo entre diferentes movimentos — com abertura, compreensão, empatia e respeito.”

AGRADECIMENTOS |

Um agradecimento especial à Christina M. Schiavoni (pesquisadora independente) pelo apoio no desenvolvimento da metodologia para este artigo, e a ela e Giulio Iocco (Universidade da Calábria e *Fuorimercato – Autogestione in Movimento*), Isabel Álvarez Vispo (URGENCE), e Astrud Lea Beringer, Glory Lueong e Sabine Pabst (FIAN Internacional) pelo apoio na revisão deste artigo.

FOTO | © [Alisdare Hickson](#)

Atualmente, os nossos hábitos e dietas alimentares estão no centro dos debates em torno da mitigação das alterações do clima. Os grandes meios de comunicação concentram-se cada vez mais no impacto do consumo de carne e outros produtos de origem animal nas emissões de CO₂.¹ O Relatório Especial sobre Mudanças do Clima e Terras do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC)² inclui uma recomendação de políticas para que se reduza o consumo de carne, descrevendo “dietas saudáveis e sustentáveis (com pouca carne)” como uma grande oportunidade para “reduzir (as emissões de gases de efeito estufa) [GEE] dos sistemas alimentares e melhorar os resultados de saúde”.³ Um de seus autores afirma: [nós] não queremos dizer às pessoas o que comer [...]. Mas seria realmente benéfico, tanto para o clima como para a saúde humana, se as pessoas em muitos países ricos consumissem menos carne, e se a política criasse incentivos apropriados nessa direção”.⁴ A declaração gerou manchetes como: “ONU: Os seres humanos precisam parar de comer carne para salvar o planeta”.⁵

Por trás das manchetes sensacionalistas, no entanto, existe um quadro complexo. Há alguns anos, um documentário popular sobre a indústria da carne alegou que a agricultura animal produzia 51% das emissões globais de GEE⁶ – um número que foi amplamente desmascarado. As estimativas atuais da Organização das Nações Unidas estão próximas de 15%.⁷ Qualquer estatística global dessa natureza varia de acordo com as metodologias aplicadas e tende a ocultar importantes diferenças específicas de contexto, ou modelos de produção. No entanto, existe um consenso crescente de que a produção industrial intensiva de carne e laticínios é comparativamente intensiva em recursos.

1 Leia o artigo: Carrington, Damian. “Huge reduction in meat-eating ‘essential’ to avoid climate breakdown.” *The Guardian*, 10 de outubro de 2018. Disponível, em inglês, em: www.theguardian.com/environment/2018/oct/10/huge-reduction-in-meat-eating-essential-to-avoid-climate-breakdown.

2 Para obter mais informações sobre esse relatório, consulte o artigo “Terra, clima e a construção do conhecimento científico: relatório especial do IPCC sobre as alterações climáticas e a terra” nesta edição do *Observatório*.

Além dos debates científicos, também há um crescente interesse público em como os alimentos que ingerimos impactam as alterações climáticas. Em algumas partes do mundo, mais pessoas adotam dietas veganas, geralmente por razões ambientais.⁸ Este parece ser especialmente o caso nas áreas urbanas do Norte Global, onde os movimentos veganos e climáticos estão a tornar-se cada vez mais entrelaçados. Por exemplo, vários ativistas das Sextas-feiras para o Futuro (FFF, na sigla em inglês) em toda a Europa são veganos. Por outro lado, nas áreas rurais do Norte Global e, mais amplamente, no Sul Global, o veganismo não é uma tendência generalizada, exceto por uma pequena fatia das classes média e alta.

Nesta edição do *Observatório*, analisamos criticamente a questão do veganismo, no contexto do direito à alimentação e à nutrição e o meio ambiente. Perguntamos: O que está a atrair cada vez mais pessoas para dietas veganas — é a crise do clima? Pode o veganismo ser uma solução fundamental para enfrentar as alterações climáticas? Onde estão as intersecções entre soberania alimentar, clima e movimentos veganos? O veganismo está em desacordo com a luta pela soberania alimentar ou em sinergia com ela? Para abordar essas questões, convidamos cinco ativistas a compartilhar suas perspectivas. A seguir, nós as apresentamos em um diálogo sobre essas questões.

Vanessa Álvarez González, ativista eco-feminista, antiespécie e vegana da Espanha, trabalha como assessora de comunicação e imprensa na cooperativa de energia *La Corriente*. Vanessa participa em vários movimentos coletivos, incluindo *Ecologistas en Acción* e *Red Ecofeminista*. Maresa Bossano trabalha no setor de alimentos comunitários há 15 anos no Reino Unido, onde administra a Rede de Agricultura Apoiada pela Comunidade (CSA, na sigla em inglês) do Reino Unido, e administra um café vegano orgânico, além de coordenar um projeto nacional de cooperativas de alimentos e o programa 'Cinco por Dia'. Line Niedeggen, ativista do clima, organiza greves climáticas com as Sextas-feiras para o Futuro em Heidelberg, Alemanha. Line está atualmente a fazer um curso de mestrado em física na Universidade de Heidelberg, com especialização em física ambiental. C. Sathyamala (Sathya) é médica da Índia especializada em saúde pública e pesquisadora acadêmica do Instituto Internacional de Estudos Sociais (ISS), na Holanda. Sathya divide seu tempo entre a bolsa de estudos e o ativismo e é parte do movimento em defesa da saúde e das mulheres na Índia. Ela possui um mestrado em epidemiologia e um doutoramento em ciências sociais. Por último, mas não menos importante, Marité Álvarez é uma pastora tradicional do norte da Argentina. Ela é membro da *Pastor América*, uma organização membro da Aliança Mundial de Povos Nômadas Indígenas (WAMIP), e coordena o Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento Agrícola Sustentável do Mecanismo da Sociedade Civil e dos Povos Indígenas (CSM, na sigla em inglês) para as relações com o Comité sobre Segurança Alimentar Mundial (CFS, na sigla em inglês).

O QUE É O VEGANISMO E O QUE MOTIVA OS VEGANOS?

Nos últimos anos, o veganismo tem estado cada vez mais em destaque. Isso desperta muitas emoções e existem inúmeros conceitos equivocados ao redor do tema. Então, o que é o veganismo e por que as pessoas se tornam veganas? Vanessa diz que o veganismo é “um movimento, uma posição ética e política que defende que não podemos continuar a usar animais não-humanos — seja para comida, roupas, transporte ou remédios”. O que a inspirou a se tornar vegana foi inicialmente a empatia por animais humanos e não-humanos, o que ela sentia desde bem pequena. Além disso, ela acredita na soberania, justiça e respeito ao nosso planeta natal e aos seres

- 3 Shukla, P.R. et al., eds. “Technical Summary”, em IPCC, Climate Change and Land: an IPCC special report on climate change, desertification, land degradation, sustainable land management, food security, and greenhouse gas fluxes in terrestrial ecosystems. 2019. Disponível, em inglês, em www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/4/2019/11/03_Technical-Summary-TS.pdf.
- 4 Schiermeier, Quirin. “Eat less meat: UN climate-change report calls for change to human diet”. *Nature*, 8 de agosto de 2019. Disponível, em inglês, em: www.nature.com/articles/d41586-019-02409-7.
- 5 Latza Nadeau, Barbie. “U.N.: Humans Need to Stop Eating Meat to Save the Planet”. *The Daily Beast*, 8 de agosto de 2019. Disponível, em inglês, em: www.thedailybeast.com/un-stop-eating-meat-to-save-the-planet.
- 6 Hancox, Dan. “The unstoppable rise of veganism: how a fringe movement went mainstream”. *The Guardian*, 1 de abril de 2018. Disponível em: www.theguardian.com/lifeandstyle/2018/apr/01/vegans-are-coming-millennials-health-climate-change-animal-welfare.
- 7 FAO. “Key facts and findings”. Disponível, em inglês, em: www.fao.org/news/story/en/item/197623/icode/.
- 8 Hancox. Nota 6 supracitada.

que o habitam. Para ela, o veganismo é tremendamente radical, porque pressiona por soluções coletivas contra o capitalismo, incluindo o decrescimento económico.

Maresa tornou-se vegetariana aos 16 anos porque acreditava que era errado matar animais para comer. Mais tarde tornou-se vegana ao descobrir como o leite e os ovos são produzidos. Ela sempre se interessou por alimentos e culinária, e foi inspirada, ainda criança, por uma tia, que era uma cozinheira talentosa e cultivava os seus próprios vegetais. Para Line, que cresceu numa quinta orgânica na Alemanha, o que a leva a ser vegana é “viver da maneira mais ecológica possível” — em outras palavras, reduzir as emissões. Essa também é a motivação de muitos veganos e veganas ou vegetarianos e vegetarianas ativistas das Sextas-feiras para o Futuro no seu círculo. Ela reconhece que há muito sofrimento em muitas propriedades rurais ao redor do mundo. Line entende que rotular a si mesma é arriscado e difícil, pois a pessoa é “julgada e precisa romper com o ‘normal’ num lugar como a Alemanha, onde algumas pessoas veem o consumo de carne como crença religiosa ou cultural”. No entanto, ela acredita que é necessário que o veganismo se torne culturalmente aceite. Vanessa acrescenta que, em tempos de incerteza, algumas pessoas realmente querem forjar uma identidade. Especialmente entre jovens, fazer parte de um grupo social — para ter um senso de ‘pertencimento’ — pode levá-los a recorrer ao veganismo.

A relação entre veganismo e feminismo é tema de debates acalorados em alguns círculos. Segundo Vanessa, o veganismo é em grande parte um movimento de mulheres.⁹ Para ela, isso está relacionado à nossa educação, empatia e cuidado com os outros. Ela também enfatiza as dimensões empoderadoras do veganismo e como o veganismo e o feminismo interagem através de uma lente eco-feminista. Ela mesma passou do ambientalismo, através do feminismo, para o eco-feminismo, e acredita que “se a pessoa, como mulher, se conscientizar das opressões que sofre por causa do seu género e voltar-se para o feminismo, poderá desenvolver mais facilmente a empatia pelos animais”. E, assim como ocorreu com o feminismo, Vanessa observa que há uma tendência para o veganismo ser “pervertido” e “demonizado” pelo sistema.

Maresa menciona igualmente que, embora isso esteja a mudar (por exemplo, entre alguns fisiculturistas masculinos que são veganos), a carne tem sido clássica/estereotipicamente associada à masculinidade: “para ser um homem forte, em forma e saudável, é preciso comer carne!” Além disso, algumas mulheres jovens evitam produtos de origem animal devido a problemas de imagem corporal e de saúde, ou porque acham que isso as tornará mais magras ou mais atraentes, como algumas pessoas famosas e bloguistas que seguem dietas à base de plantas, diz ela.

Nesse contexto, faz-se uma distinção entre dietas à base de plantas e veganismo. O primeiro refere-se apenas à dieta e envolve comer principalmente alimentos à base de plantas (embora isso ainda possa incluir alguns alimentos de origem animal); a motivação por trás da adoção de tais dietas geralmente está relacionada principalmente à saúde. Por outro lado, como descrito acima, o veganismo é visto por muitos como uma filosofia e uma posição ética mais profundas. Essas perspectivas e motivações distintas ajudam a explicar por que algumas pessoas que evitam produtos de origem animal podem considerar com mais cuidado, por exemplo, de onde vêm os alimentos e como eles são produzidos, enquanto outras podem contentar-se em comer substitutos ultraprocessados à carne ou abacates exportados de muito longe, como exploramos mais abaixo.

⁹ De acordo com vários estudos, a proporção de veganas e vegetarianas parece ser significativamente maior em diferentes partes do mundo. Nos EUA, por exemplo, uma pesquisa com 11.000 pessoas veganas mostrou que 76% eram mulheres. Tendências semelhantes foram encontradas na Austrália e na Suécia. *BBC Future*, 18 de fevereiro de 2020. Disponível, em inglês, em: www.bbc.com/future/article/20200214-the-mystery-of-why-there-are-more-women-vegans.

OS MODELOS DE PRODUÇÃO IMPORTAM – E TAMBÉM AS QUESTÕES DE CLASSE E CULTURA

Line enfatiza que o problema está no tamanho da agricultura industrial e da criação de animais, não na produção animal em si, e que “precisamos de ambos — precisamos que mais pessoas sejam veganas e que mais pessoas sejam sustentáveis em coisas como a pecuária, e ambos são muito possíveis”. Existe principalmente a necessidade de que as pessoas reduzam o consumo de carne e laticínios no Norte Global, onde os índices são exorbitantes. Line acrescenta que “se todos comessem 50% menos carne, isso seria equiparável a 50% das pessoas tornarem-se vegetarianas”. Mais importante, de acordo com Line, “não se trata de todo mundo se tornar vegano, mas de mudar para sistemas mais sustentáveis”.

Sathya destaca que os números agregados de emissões não capturam diferenças importantes entre a produção animal industrial e a produção de pequena escala. Ela, portanto, questiona afirmações amplas de que o consumo de carne é uma das principais causas de emissões, pelo menos em algumas partes do mundo, e o peso desproporcional que alguns estão aparentemente a colocar nisso, em comparação com, por exemplo, a indústria de combustíveis fósseis e outros sectores corporativos. Na Índia, argumenta, a produção, na sua maioria, é de pequena escala e pode ter um animal ou dois — e, portanto, não são grandes contribuintes em nível individual às alterações climáticas. Ela pergunta: as emissões de sobrevivência podem ser equiparadas a emissões de luxo?¹⁰ Qual é o propósito do veganismo ao nível internacional no discurso mais amplo?

No diálogo todos as três participantes veganas enfatizam que não esperam que todos os lugares se tornem veganos — e que isso pode não ser necessário ou possível para algumas pessoas em algumas regiões do mundo. Na verdade, elas não se veem como ativistas veganas ou como parte de um movimento vegano, e não colocam de forma proactiva o veganismo no centro de seu ativismo. Os ambientes onde convivem também são diversos. Line reconhece que no seu círculo de ativistas em Heidelberg muitos são veganos ou vegetarianos, incluindo muitos ativistas da FFF que deixaram de comer produtos animais depois de se juntar ao grupo. Vanessa e Maresa, por outro lado, vivem em comunidades onde não há muitos outros veganos.

Associar o veganismo ao ‘elitismo’ não é incomum, como enfatizado por Sathya. Ela ressalta que, na Índia, por exemplo, o vegetarianismo é praticado por um grupo dominante; no entanto, no seu entendimento, o veganismo não é, pois muitos dependem de ovos e leite, e o iogurte é essencial para as dietas da maioria dos vegetarianos. No Norte Global, aqueles que se identificam como veganos geralmente residem em áreas urbanas e fazem parte da classe média. De facto, como Maresa admite, aqueles que lutam para comprar alimentos para as suas famílias podem não ter escolha, pois podem não ter acesso a produtos e lojas diferentes. O ponto crucial da questão, para Sathya, é que, para ser capaz de comer “saudavelmente” como vegano, a pessoa precisa “pagar por uma dieta cara, que não é uma opção para os pobres”. A interseção entre veganismo e dietas saudáveis vai além do escopo deste artigo.

Sobre a acessibilidade das dietas veganas, Vanessa pergunta: como é possível que algumas pessoas — incluindo aquelas no “sul do (hemisfério) norte” — não tenham acesso a alimentos locais, saudáveis e sazonais, como hortaliças e legumes? “E continua: “No fim das contas, o que é retratado como algo elitista pertencente a uma minoria branca e altamente instruída é outra armadilha do sistema e oculta o facto

¹⁰ Leia: Narain et al. *Climate change: perspectives from India*. UNDP, Novembro de 2009. Disponível, em inglês, em: www.undp.org/content/dam/india/docs/undp_climate_change.pdf.

de que as pessoas pobres não têm acesso a alimentos de qualidade.” No nosso sistema, a única opção acessível para muitas pessoas é *fast food* e refrigerantes.

Finalmente, Sathya questiona as dimensões culturais dos alimentos e dietas e compartilha alguns paradoxos da Índia, marcados pelo sistema de castas. A sua pesquisa mostra que alguns grupos e indivíduos que professam não usar violência contra os animais estão a oprimir outros seres humanos em nome do vegetarianismo. Além disso, foram observados casos de extremismo em certos grupos hindus de alta casta nos quais aqueles que não consomem carne estão a “matar humanos que transgridem os seus tabus alimentares”. Nesse caso, a base da não-violência como filosofia por trás de dietas não-animais é transgredida, expondo as hipocrisias do sistema. A “hierarquia alimentar na Índia imita a hierarquia de castas — uma das mais violentas que uma pessoa pode imaginar”, diz ela.¹¹ Nesse contexto, embora não seja consumidora habitual de carne e não tenha crescido comendo carne bovina ou de porco na sua família, ela opta por comer carne de vez em quando para nutrição, mas principalmente por razões políticas. Ela vê isso como um ato de resistência e apoio àqueles que são oprimidos pelo fundamentalismo alimentar.

11 Para mais informações sobre este tema, veja o artigo de Sathya: C Sathyamala. “Meat-eating in India: Whose food, whose politics, and whose rights?”. *Policy Futures in Education* 17:7 (2019): 878–891. Disponível, em inglês, em: journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1478210318780553.

AGRICULTURA À BASE DE ANIMAIS E JUSTIÇA CLIMÁTICA: PODEMOS SUPERAR O SISTEMA BINÁRIO?

Nessa troca de ideias, as opiniões variaram sobre se a pecuária deveria ter um lugar na agricultura e se a produção de carne e laticínios pode ser ambientalmente sustentável e respeitosa aos animais. Vanessa acredita que na maioria das vezes não é possível manter os animais de maneira sustentável devido ao sistema dominante, que serve grande parte da população e requer grandes extensões de terra para produzir gado. Além disso, do ponto de vista ético, ela acredita que devemos afastar-nos de uma visão antropocêntrica da natureza e evitar o uso de animais, com exceção de determinados contextos, como no caso dos povos indígenas. Da mesma forma, Maresa considera que, além de algumas exceções, como as sociedades que vivem da caça e da floresta, a maior parte do mundo não pode produzir produtos de origem animal e ainda viver em sintonia com a natureza. Há uma certa margem de manobra para o uso de animais no trabalho rural, mas não para alimentação. Segundo Line, como mencionado acima, a produção animal pode ser mantida de forma sustentável, e mais pessoas devem se envolver nessa alternativa.

Sathya compartilha exemplos da sua experiência em aldeias da Índia, onde a maneira como os animais são mantidos e tratados é frequentemente muito diferente do Ocidente. Num caso de estudo de um vilarejo, animais como vacas e búfalas são usados para o leite e cabras para a carne, e a vida dos agricultores é entrelaçada com a dos animais. Enquanto trabalhava no campo, uma mulher comentou que estava “deprimida” porque a sua vaca morreu devido a uma picada de cobra. Com uma filosofia e ideologia específicas, diz Sathya, é possível manter os animais de maneira respeitosa e sustentável. E esse é o caso em grande parte das propriedades rurais de pequena escala na Índia, com algumas exceções nas últimas décadas, como a transformação do que era uma atividade de quintal numa indústria avícola de larga escala.

A pastora Marité compartilha sua experiência sobre a importância da agricultura animal. O pastoralismo não é apenas um modo de produção, mas um modo de vida para a sua comunidade e sua família no Gran Chaco da América do Sul, uma região que cobre a Argentina, Paraguai e Bolívia. Como os seus ancestrais, a família cria

cabras, vacas e porcos e também começou recentemente a atuar na apicultura. Eles praticam a transumância — migração periódica de rebanhos — e adaptam-se ao ambiente sem alterá-lo, segundo Marité. Cada território tem sua própria biodiversidade e, como pastores, eles movem-se com as estações do ano, como pequenas unidades familiares. Alguns pastores também vivem da pesca em algumas épocas e muitos cultivam vegetais. Os seus hábitos alimentares mudam ao longo do ano, de acordo com a disponibilidade territorial de diferentes animais, peixes e vegetais, com base nas práticas tradicionais. “Nossa soberania alimentar é fornecida pelos *montes*’ e rios de Chaco”, diz. E acrescenta: “O que eu cozinho começa no terreno e termina no meu prato. Comida é vida. É o ponto de partida.”

Ela e os seus colegas pastores veem-se como parte da paisagem e movem-se de forma a permitir que ela se reabasteça e se regenere. Para eles, criar um rebanho significa não invadir ou prejudicar outras pessoas ou a natureza. A organização de Marité defende a soberania alimentar, o território, a terra e a água e seu modo de produção; portanto, por extensão, eles também defendem a justiça climática. Do ponto de vista deles, a soberania alimentar e a justiça climática estão inextricavelmente ligadas, por isso é vital combater a suposição geral de que a criação de animais é um dos principais contribuintes para as alterações climáticas.¹² “Precisamos colocar as pessoas, os direitos humanos e a soberania alimentar no centro, e o resto seguir-se-á”, afirma Marité. E acrescenta: “A justiça climática está nas minhas veias desde que eu estava na barriga de minha mãe. Era o mesmo para a minha mãe na barriga da sua mãe. E para a minha avó. E a minha bisavó. Faz parte de quem somos.”

Com a chegada da produção intensiva de gado, no entanto, os seus territórios estão sendo reduzidos. Muitos criadores de rebanhos tradicionais estão vendendo as suas terras (ou melhor, o direito à ocupação, pois não possuem títulos formais de terras) a preços baixos, porque foram convencidos de que o pastoralismo nômade é “atrasado”. À medida que as secas e as inundações aumentam, algumas pessoas não veem outra opção, pois lutam para lidar com os impactos das alterações climáticas. Além disso, as mulheres tendem a sofrer mais com o tempo chuvoso devido aos danos que causam aos animais que mantêm (cabras). Marité afirma que a justiça climática e a soberania alimentar estão ligadas: “Se o meu ambiente é destruído, sou privada da minha soberania alimentar e do meu sistema alimentar.” De facto, para quem cresceu com a criação de rebanhos, é a única coisa que sabem fazer; o trabalho fornece-lhes “dignidade, comida e um teto sobre as suas cabeças”. As famílias que perdem os seus meios de subsistência tradicionais frequentemente acabam por viver na pobreza em áreas urbanas e tornam-se dependentes de programas governamentais.

Sathya também enfatiza a questão crítica dos meios de subsistência. Na Índia, por exemplo, a população de pescadores abrange 4 milhões de pessoas, mais de 860.000 famílias.¹³ De facto, para grupos como criadores tradicionais de rebanhos, pescadores ou pastores, os seus meios de subsistência dependem do acesso a pastagens, rios, lagos, oceanos e recursos naturais. Eles precisam desses recursos para produzir alimentos e gerar rendimento para alimentarem a si próprios e as suas famílias.

Também devemos lembrar, como insiste Marité, que pequenos produtores e produtoras têm uma conexão espiritual com a natureza, individual e coletivamente. Antes de entrar no território, pastores e pastoras mantêm um diálogo interno e pedem permissão. O *‘monte’* também é uma entidade viva, um ser, assim como ela mesma

12 Para mais informações sobre a perspectiva da comunidade pastoral na análise do impacto ao meio-ambiente dos sistemas de produção de gado, leia: Manzano, Pablo. “Niveles de referencia en sistemas ganaderos: claves para identificar impactos”. *Remedia Network Blog*, 17 de outubro de 2019. Disponível, em espanhol, em: redremedia.wordpress.com/2019/10/17/niveles-de-referencia-en-sistemas-ganaderos-claves-para-identificar-impactos/.

13 Coletivo Internacional em Apoio à Pesca. “Fisheries and Fishing Communities in India”. Disponível, em inglês, em: indianfisheries.icsf.net/.

é a vida. Cada parte do todo é igualmente vida. Nesse sentido, carne e alface são de igual valor. Marité não pode conceber o território e a agricultura como duas entidades separadas, nem ter que escolher entre criar vacas ou cultivar alface — integrar a produção animal e agricultura é essencial. Na sua visão de mundo e contexto, é difícil entender como os veganos se relacionam com a comida e de onde ela vem. Afinal, na cosmovisão de Marité, produzir bens agrícolas com a natureza é uma abordagem holística da produção de alimentos.

O VERDADEIRO MOTOR DAS ALTERAÇÕES DO CLIMA

Vanessa e Line citam o slogan do movimento Sextas-feiras para o Futuro: “Mudança de sistema, não mudança do clima” e enfatizam a necessidade urgente de deixar para trás o sistema capitalista, cuja principal característica é o consumismo. No Hemisfério Norte, como diz Line, consumimos “muitos combustíveis fósseis, muitos produtos de origem animal, saímos de férias com muita frequência, compramos muitas roupas”. Marité acrescenta que também em países como a Argentina, especialmente nas cidades e áreas urbanas, as pessoas não têm tempo para pensar, por exemplo, de onde vem a comida. Nós devemos “consumir, consumir, consumir, sem parar”. As sociedades criam uma zona de conforto onde nos apegamos às nossas pequenas rotinas: “trabalhar, sair, fazer compras, copiar e colar”. É difícil sair da “órbita de nossas vidas tranquilas”.

O agronegócio e o poder das grandes empresas também são dominantes no nosso sistema atual. Marité afirma que poder e recursos concentram-se cada vez mais nas mãos de poucos. Embora haja divergência sobre o papel da produção animal na agricultura entre as entrevistadas veganas e não-veganos, há uma crítica comum ao agronegócio, incluindo a agricultura industrial amplamente dependente da monocultura e de agroquímicos. Vanessa ressalta como é problemático o facto de a agricultora de pequena escala estar a desaparecer, abrindo caminho para culturas em larga escala, como óleo de palma, abacate, soja, beterraba e outras culturas. Marité, na mesma linha de pensamento, condena a produção intensiva de gado, na qual alguns produtores possuem até 3.000 vacas, em comparação com as cerca de 800 vacas que a sua extensa família de mais de 23 pessoas possui. Ela argumenta que a “concentração da indústria tem um efeito prejudicial na sociedade”, o que leva a uma situação que se compara à escravidão; o agronegócio fracassa em alimentar o mundo: apenas “criou uma nova ‘casta’”. Para ela, a verdadeira luta é contra o modelo neoliberal que promove a acumulação de capital.

Infelizmente, como destaca Vanessa, o agronegócio em todo o mundo é sustentado por políticas públicas. Na Europa, os subsídios para a agricultura e a pecuária oferecido pela Política Agrícola Comum (PAC) não alcançam as famílias que trabalham na terra e vão para a indústria açucareira, os grandes supermercados, multinacionais e até construtoras.¹⁴ Sob os auspícios da ‘geração de empregos’ os subsídios acabam em mãos erradas. Por outro lado, os pequenos produtores agroecológicos precisam dedicar um máximo esforço para certificar os seus produtos como orgânicos. “Por que eles precisam fazer isso, e não o contrário?”, questiona.

Outro aspecto crítico levantado nesse diálogo é a globalização. Como Sathya ressalta, no nosso problemático sistema de produção, os porcos da China são alimentados com soja do Brasil e, em seguida, a carne de porco chinesa é exportada para todo o mundo. O problema é estrutural.

¹⁴ Leia: Jarreta, Daniel. “Política Agraria Común (PAC) Tejerina planea evitar que las constructoras sigan recibiendo subvenciones agrícolas”. *El Confidencial*, 22 de dezembro de 2014. Disponível, em espanhol, em: [www.elconfidencial.com/espana/2014-12-22/tejerina-planea-impedir-que-las-promotoras-reciban-subvenciones-agricolas_590146/](http://www.elconfidencial.com/espana/2014-12-22/tejerina-planea-impedir-que-las-promotoras-reciban-subvenciones-agricolas).

Na Argentina, como descreve Marité, a assistência alimentar oferecida pelo Estado é composta por alimentos ultraprocessados — leite em pó, macarrão, açúcar, tomate enlatado com conservantes. O agronegócio promovido no nosso sistema capitalista, que causa destruição ecológica, afeta negativamente as nossas dietas, nutrição e saúde. Em outras palavras, está adoecendo a humanidade e o nosso planeta. Sob a influência da indústria, as pessoas estão a esquecer o que significa nutrição real: as crianças não conseguem diferenciar o valor de uma uva versus um salgadinho “Cheetos”¹⁵, enfatiza. Vanessa também menciona a obesidade infantil como um problema crescente na Espanha, causado pela falta de acesso a alimentos saudáveis e programas educativos sobre alimentação e nutrição.

¹⁵ Salgadinho com sabor de queijo ultraprocessado. Marité referiu-se à “Chizito”, o nome antigo desta marca na Argentina.

Várias das entrevistadas destacaram igualmente a opressão das mulheres pelo sistema dominante. O trabalho das mulheres camponesas é em grande parte invisível, mesmo que elas executem grande parte do trabalho produtivo no campo e na tarefa de cuidar — das suas famílias, comunidades e movimentos.¹⁶ Há uma forte conexão entre justiça climática, agricultura sustentável e feminismo, acrescenta Line. As mulheres são mais vulneráveis aos impactos das alterações climáticas. Ela sugere que “a pessoa não precisa de ser vegana para ser feminista, mas precisa capacitar as mulheres em todos os lugares, defendê-las e melhorar a sua educação sobre o uso sustentável da terra”.

¹⁶ Para mais informações, consulte Donna, Smith, Kiah e Morena, M. Alejandra. “Enfurecidas: Mulheres e a natureza”. *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição*, 2019. Disponível em: https://www.righttofoodandnutrition.org/files/rtfn-watch11-2019_por_b.pdf.

Além disso, todas ressaltam que o sistema alimentar maltrata tanto animais como os seres humanos: Vanessa e Marité denunciavam as condições de trabalho extremamente precárias de trabalhadores e trabalhadoras nos matadouros, que geralmente, por exemplo em Espanha, são migrantes com poucas outras opções. De facto, quem trabalha em toda a cadeia alimentar enfrenta várias formas de violência estrutural. Sathya lembra-nos, por exemplo, que as taxas de suicídio de agricultores na Índia são assustadoramente altas. Todos são vítimas do nosso sistema perverso.

UM DESAFIO A SOLUÇÕES FALSAS

Nesta era de crises — concordam as entrevistadas — muitas soluções enganosas são oferecidas. Enquanto as participantes veganas identificam as suas dietas como a sua principal contribuição para o combate às alterações do clima, devido à menor emissão de gases de efeito estufa, todas reconhecem que isso simplesmente não é suficiente. Line deixa claro: “algumas pessoas podem tornar-se veganas para ajudar na mudança de que precisamos, mas é difícil quando o fazem e pensam que isso é o bastante; o mais importante é ser vegana e não ficar calada, e sim elevar as nossas vozes”.

Vanessa também explica que a ingestão de uma dieta baseada em vegetais na Europa não surte os efeitos desejados se isso significa comer abacates do México ou quinoa do Peru ou da Bolívia, ou consumir alternativas de carne que são alimentos ultraprocessados, embrulhados em plástico e produzidos por grandes multinacionais como a Unilever. Devemos observar como todos os produtos são produzidos, incluindo produtos de origem não-animal, observa Maresa. Algumas das pessoas que comem dietas à base de plantas não veem a diferença entre agricultura em pequena escala e a de grande escala baseada em monocultura, diz ela — mas essa é uma distinção crucial a ser feita. Por exemplo, o óleo de palma, usado em hambúrgueres veganos e outros produtos veganos, destrói as florestas tropicais.

Vanessa afirma que as soluções não se baseiam apenas na mudança dos nossos padrões individuais de consumo, com a troca do produto X pelo produto Y. O mesmo vale para a troca de sacolas plásticas por sacolas de pano ou talheres de plástico por talheres à base de milho. Essa é uma forma de ‘lavagem verde’ e outra ‘armadilha’ de um sistema que promove o individualismo. Sathya concorda e adverte contra uma promoção acrítica do veganismo, que poderia funcionar como fachada e desviar-se das causas mais amplas. Embora a mudança individual seja obviamente necessária, ela simplesmente não é suficiente.

17 Para mais informações, leia: Firlardi, Marcos Ezequiel, e Prato, Stefano. “Resgatar o futuro dos alimentos: pôr em causa a desmaterialização dos sistemas alimentares”. *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição*, 2018. Disponível em: https://www.righttofoodandnutrition.org/files/rfn-watch-2018_por.pdf.

18 Hancox, nota 6 supracitada.

19 Para uma análise sobre o impacto da digitalização e desmaterialização dos alimentos no direito à alimentação e nutrição, consulte: *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição*, 2018: “Quando os alimentos se tornam imateriais: confrontar a era digital”. Disponível em: https://www.righttofoodandnutrition.org/files/rfn-watch-2018_por.pdf.

20 Para mais informações, visite: hydroponicspace.com/top-7-countries-that-use-hydroponics-ther-production-size-revealed/.

21 Consulte o ponto 9 do objetivo 7 “Improve nutrition to promote health” na Gates Foundation. “Fourteen Grand Challenges in Global Health Announced in \$200 Million Initiative”. 14 de outubro de 2003. Disponível, em inglês, em: www.gatesfoundation.org/Media-Center/Press-Releases/2003/10/14-Grand-Challenges-in-Global-Health.

Num relatório de 2018, o Fórum Económico Mundial reconheceu que o sistema industrial de alimentos fracassou, mas propôs novas tecnologias como solução, entre elas “proteínas alternativas”.¹⁷ Como o veganismo está a crescer, pelo menos no Norte Global, grandes investidores estão a mover-se rapidamente para investir em empreendimentos de alternativas à carne ou à base de plantas.¹⁸ Entre as muitas questões levantadas, os alimentos produzidos em laboratório consomem muita energia, conforme destaca Sathya.

Sathya também adverte sobre um esforço para separar a produção de alimentos da terra.¹⁹ Em alguns países como o Reino Unido, EUA (e a Índia também está a seguir o exemplo)²⁰ cresce a produção com a técnica de hidroponia. Mais notavelmente, a indústria de biotecnologia está a mover-se rapidamente. Um dos catorze “Grandes Desafios da Saúde Global” da Fundação Bill & Melinda Gates foi o cultivo de uma “única espécie de planta básica», uma planta com proteínas, carboidratos e tudo o que é necessário para a nutrição humana.²¹ Mesmo que esse projeto não tenha começado, não devemos perder de vista esses desenvolvimentos, que em grande parte aumentam o desafio de como produzimos alimentos. Se os alimentos não são mais cultivados no solo, todo o sistema alimentar pode ser (até) mais facilmente controlado e trará mudanças cataclísmicas em relação à terra. Ela diz que não devemos adotar as chamadas alternativas sem considerar o cenário geral e procurar opções holísticas. Em vista desse amplo “tecno-otimismo”, Vanessa também alerta: a solução não pode vir “daqueles que nos estão a empurrar para o abismo”. Muitos avanços tecnológicos beneficiam apenas alguns — mas a resposta deve ser coletiva e justa para todos.

UMA CONVERSÃO PARA A MUDANÇA DE SISTEMA

Apesar da diferença de contextos, visões de mundo e origens de nossas entrevistas, há um consenso em redor de um tema: é necessário transformar o atual sistema desigual, capitalista e patriarcal para enfrentar as atuais crises climáticas e ecológicas e outras crises globais múltiplas, e chegar a uma realidade em que haja alimentos nutritivos e acessíveis para todos. E, para isso, precisamos primeiro de clareza na nossa análise e ir à raiz do problema. Segundo, devemos ter clareza nas nossas visões coletivas.

Apresentamos aqui alguns elementos de como seria um sistema diferente. Fundamentalmente, as pessoas necessitam de ser capazes de decidir que tipo de alimentos produzir e como. Todas as cinco participantes deste rico debate convergem em torno da importância de alimentos produzidos por pequenos produtores de maneira agroecológica, juntamente com a promoção de mercados locais e regionais para manter as cadeias de transporte a curta distância. Isso é fundamental para

alcançarmos a justiça climática, considerando que a agricultura industrial em larga escala é um dos principais poluidores — seja a agricultura industrial ou a pecuária. A agroecologia é o caminho ideal a ser seguido para esfriar o planeta.

Para atingir esses objetivos comuns, devemos aplicar várias estratégias. Devemos exigir que os governos adotem políticas para apoiar os pequenos produtores, a fim de que alimentos nutritivos sejam acessíveis a todos — e não apenas à elite — e aplicar os regulamentos necessários, por exemplo, sobre pesticidas. Devemos deter a concentração e a apropriação de terras e recursos naturais por alguns poucos e a promoção de megaprojetos em detrimento da soberania alimentar, natureza e biodiversidade. Devemos combater o poder corporativo, os desequilíbrios de poder e as emissões de gases com efeito estufa que eles criam.

Para que essas demandas sejam acatadas, precisamos usar as nossas vozes — especialmente em democracias onde temos oportunidades de o fazer. Devemos fazê-las nas ruas, como o exemplo do movimento Sextas-feiras para o Futuro, e através de nossos votos, sugere Line. Devemos garantir que os políticos não sejam reeleitos se não usarem o seu poder da maneira correta, de acordo com nossos objetivos. Marité apela à participação real das pessoas afetadas por decisões que impactam as suas vidas — e destaca que os Estados devem implementar os múltiplos instrumentos globais que apoiam a sociedade civil em suas lutas.

Sem dúvida, devemos trabalhar como um movimento coletivo — as nossas ativistas convidadas já enfatizaram acima que uma pessoa sozinha não consegue fazer muita diferença. No entanto, ainda é importante educar a sociedade e questionar o nosso comportamento, e considerar, por exemplo, os impactos do consumismo do Norte Global em outras partes do mundo. Geralmente, como consumidores de todo o mundo, podemos começar a questionar de onde vem os nossos alimentos e podemos optar por apoiar pequenos produtores sustentáveis locais.

O atual movimento pelo clima liderado por jovens, do qual o veganismo é um componente popular, tem atraído muito a atenção e vale a pena notar que o movimento para a soberania alimentar estabelecido há mais tempo não foi capaz de atingir esse nível sem precedentes de popularidade. Mas, embora possam vir de realidades novas e diferentes, eles estão a continuar o trabalho feito antes deles. Agora, mais do que nunca, em tempos tumultuosos de incerteza, é vital fortalecer nossos próprios movimentos e promover diálogo entre diferentes movimentos — com abertura, compreensão, empatia e respeito. Precisamos encontrar as nuances em questões complexas que muitas vezes podem ser apresentadas de maneiras simplistas e polarizadoras, pois isso não nos aproximará mais da mudança necessária. Somente com a promoção dessas conversas difíceis e com a busca de um terreno comum podemos efetivamente avançar. Caso contrário, podemos cair na armadilha de vários tipos de “fundamentalismos”, criticados por todas as participantes deste diálogo de cinco vias.

Não precisamos de nos juntar a todos os aspectos de todas as lutas, concordar com tudo ou “colonizar” outros espaços. Por fim, não existe uma solução única para todos. Cada canto do mundo tem a sua própria visão contextual de soberania alimentar, argumenta Marité. Line tem a mesma visão sobre a justiça climática:

Não devemos debater se o veganismo é a coisa perfeita ou se é comer carne. Nunca concordaremos com um plano diretor para o clima — não existe uma solução única. Em vez disso, precisamos encontrar soluções conjuntas para os desafios comuns que enfrentamos, mas essas devem ser soluções localizadas para comunidades locais em diferentes países, para que elas possam ser mais sustentáveis, reduzam o diâmetro do círculo produtor e não dependam mais de grandes participantes. Uma banda mais ampla de motivações, crenças e ideias é o que precisamos para garantir que todos possam fazer parte dessa transformação. Pessoas e países são diferentes — e todos devem ser vistos e devem ter a oportunidade de dizer o que pensam.

Este artigo é apenas um exemplo de como ativistas e profissionais de todo o mundo podem engajar-se numa conversa rica e significativa: as nossas cinco entrevistadas esperam por oportunidades de mais discussões e debates para uma luta comum pela justiça climática e pela soberania alimentar.



EM RESUMO

Atualmente, nossas dietas estão no centro dos debates em torno da mitigação das mudanças climáticas. Os principais meios de comunicação concentram-se cada vez mais no impacto do consumo da carne nas emissões de CO₂. Além dos debates científicos, há um crescente interesse do público em como os alimentos que ingerimos impactam as alterações do clima. Em algumas partes do mundo, mais pessoas estão a adotar dietas veganas, e os movimentos veganos e de defesa do clima tornam-se cada vez mais entrelaçados. Por exemplo, vários ativistas das sextas-feiras para o futuro em toda a Europa são veganos e veganas.

Neste artigo, vamos dar uma olhada crítica no veganismo. O que está a atrair cada vez mais pessoas para as dietas veganas — é a crise climática? Pode o veganismo ser uma solução fundamental para enfrentar as alterações climáticas? Onde estão as intersecções entre soberania alimentar, clima e movimentos veganos? Está o veganismo em desacordo com a luta pela soberania alimentar ou em sinergia com ela? Para buscar respostas a estas questões, cinco ativistas compartilham suas perspectivas.



CONCEITOS-CHAVE

- Veganismo pode ser descrito como “um movimento, uma posição ética e política que defende que não podemos continuar a usar animais não-humanos — seja para comida, vestuário, transporte ou remédio”. Várias motivações levam as pessoas a apoiar o veganismo, incluindo a empatia por animais e por razões ambientais.
- Existem posições divergentes entre as entrevistadas sobre se a produção animal deve ter um lugar na agricultura e se a produção de carne pode ser ambientalmente sustentável.

- No entanto, argumenta-se que o debate não deveria ser sobre se “o veganismo é a coisa perfeita ou se comer carne o é”, pois não existe “uma solução única que sirva para todos”.
- Em vez disso, precisamos fortalecer nossos próprios movimentos, promover diálogos com outros movimentos, e unir forças para um objetivo comum: transformar o sistema patriarcal capitalista para enfrentar as crises atuais e alcançar-se a soberania alimentar e a justiça climática.
- Para isso, precisamos elevar nossas vozes e exigir que os governos adotem políticas que reduzam o agronegócio prejudicial ao clima e apoiem pequenos agricultores na produção de alimentos nutritivos e acessíveis para todos — de uma maneira agroecológica que ajude a esfriar o planeta.



PALAVRAS-CHAVE

- Veganismo
- Alterações do clima
- Destruição ecológica
- Justiça climática
- Soberania alimentar
- Modelos e produção
- Agroecologia
- Agroindústria
- Poder corporativo
- Capitalismo
- Patriarcado





Em nenhum outro lugar a interconexão entre a humanidade e a natureza é mais evidente do que nos alimentos. No entanto, fomos arrastados pela ilusão de separação, que hoje está na raiz de uma profunda crise ecológica. A rápida disseminação do coronavírus no início deste ano é mais um sinal de que as sociedades humanas modernas estão a devastar o planeta e que precisamos de transformar a forma como nos relacionamos com o resto do mundo.

A produção e a disponibilidade de alimentos nutritivos, saudáveis e culturalmente adequados depende do funcionamento dos ecossistemas, mas também da nossa capacidade de reconhecer os direitos humanos e os valores intrínsecos de outros seres vivos, dos animais e plantas aos microrganismos. Os alimentos não apenas nos mantêm saudáveis e nos permitem responder a ameaças globais como a pandemia do COVID-19, mas também são fundamentais para a nossa natureza humana como seres sociais. No entanto, o mundo moderno, marcado pelo capitalismo e pelo patriarcado, trata os seres humanos e o resto da natureza como duas esferas separadas. Existem laços profundos entre as maneiras pelas quais as sociedades violam os direitos humanos e maltratam a natureza. Nosso atual sistema econômico e político alimenta-se da exploração dos seres humanos e da natureza para gerar lucros, o que se manifesta mais claramente na perpetuação das desigualdades, no aquecimento global e na rápida perda de biodiversidade.

O *Observatório* deste ano leva-nos de volta à fonte da ilusão de separação entre as sociedades humanas e o resto da natureza, que propicia que o poder de alguns poucos prevaleça sobre o de muitos. Os autores e autoras desta edição convidam-nos a unir os pontos e explorar uma nova geração de direitos humanos e leis ambientais que permitem reimaginar essa interconexão. Eles fornecem respostas sobre como podemos coletivamente mudar o paradigma da separação e forjar uma conexão por meio de uma convergência contínua de lutas.

Os artigos desta edição sugerem uma revisão geral não só de como produzimos, distribuímos e consumimos os alimentos — se quisermos recuperar o controle e transformar radicalmente as nossas sociedades — mas também de como resistimos coletivamente à exploração da natureza. Com base em lutas de longa data de organizações de pequenos produtores e produtoras de alimentos e povos indígenas pela soberania e agroecologia alimentar, os movimentos de hoje mostram que as preocupações ecológicas são inseparáveis das realidades socioeconômicas, incluindo as raízes políticas e ecológicas dos nossos sistemas alimentares. Nessas lutas, uma abordagem fundamental será abraçar a diversidade, construir alianças fortes e fazer ouvir as vozes das pessoas afetadas em todos os espaços onde as decisões são tomadas.

Leia o *Observatório*, reflita connosco e participe!

Visite o *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição*:
www.righttofoodandnutrition.org/observatorio



Participe da discussão no [Facebook](#), [Instagram](#) e [Twitter](#) pelo #RtFNWatch